

**ANEXO D**  
**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO,**  
**HISTÓRICO E CULTURAL**

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2. DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL DA AII</b> .....	1
2.1 LITORAL NORTE PAULISTA .....	1
2.2 VALE DO RIO PARAÍBA .....	8
2.3 POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DA AII .....	31
<b>3. DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E CULTURAL DA AID</b> .....	32
3.1 INFORMAÇÕES ORAIS .....	33
3.2 VARIÁVEIS AMBIENTAIS REGIONAIS .....	38
3.3 LEVANTAMENTO EXTENSIVO .....	43
3.4 O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DA AID .....	47
<b>4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	64

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-1	ABRIL / 2006

## 1. INTRODUÇÃO

Para a elaboração do diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, foram considerados os dados de informações primárias (entrevistas orais, prospecção e reconhecimento arqueológico de campo) e secundárias (fontes escritas arqueológicas, históricas, etno-históricas, culturais), contextualizados em conformidade com as Áreas de Influência do empreendimento. Como explicitado no item **5.3.1, Aspectos Metodológicos**, na seção de Diagnóstico do Meio Antrópico, para a avaliação do Potencial Arqueológico da AII, serão utilizados os dados existentes para os municípios atravessados pelo empreendimento ou, ainda, o conhecimento das principais bacias hidrográficas da região. Quanto à avaliação do Potencial Arqueológico da AID, foram utilizados os limites de 400m para cada lado do duto como referência para a aquisição e análise das informações obtidas em campo e em escritório.

## 2. DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL DA AII

### 2.1 LITORAL NORTE PAULISTA: REMANESCENTES ARQUEOLÓGICOS E HISTÓRICO-CULTURAIS

No caso específico do litoral norte de São Paulo, seu patrimônio arqueológico mais significativo é o que se relaciona à ocupação indígena pré-colonial, aos testemunhos do contato entre o índio e o branco colonizador e aos processos históricos ocorridos do período colonial ao imperial.

Embora as pesquisas arqueológicas no litoral norte tenham sido sempre pontuais, à exceção do município de Ilha Bela, onde um projeto de levantamento permitiu a identificação e o registro de 56 sítios arqueológicos (CALI, 2001; 2003a; 2003b), sabe-se que toda essa área foi objeto de ocupações humanas bem-definidas, que podem ser divididas em cinco cenários:

- **Cenário 1** – Ocupação da costa por **populações caçadoras-pescadoras**, cujos remanescentes podem ser divididos em três tipos de sítios arqueológicos conhecidos: sambaquis, acampamentos conchíferos e oficinas líticas de polimento de artefatos.

Todo o litoral paulista foi ocupado, num período recuado, iniciado há cerca de cinco milênios, por populações pescadoras-coletoras, que deixaram como vestígios sítios arqueológicos caracterizados por acúmulos de conchas, em cujo interior se encontram artefatos diversos, de osso, concha e pedra e sepultamentos humanos. Embora Caraguatatuba nunca tenha sido objeto de pesquisas arqueológicas, registraram-se, no

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-2	ABRIL / 2006

município, dois sítios concheiros pré-históricos, comprovando que ele faz parte do espaço geográfico ocupado pelos pescadores-coletores pré-históricos do litoral paulista (UCHÔA, 1978/79/80).

A grande quantidade de sítios relacionados aos pescadores-coletores no litoral paulista indica intenso povoamento entre 5.000 e 1.000 AP (antes do presente). Embora a maior concentração dos vestígios se encontre localizada na Baixada Cananéia-Iguape, há evidências de que, no último milênio de ocupação, os sambaquieiros passaram a usar áreas menos ricas, como a costa rochosa do litoral norte, e depois desapareceram (FIGUTI, 1999). Tanto em sambaquis como em acampamentos litorâneos, o espaço foi usado para várias atividades da vida cotidiana, entre as quais, o sepultamento dos mortos (WESOLOSKY, 1999).

- **Cenário 2** – Ocupação da costa por **populações horticultoras ceramistas, da tradição Tupiguarani**, cujos remanescentes podem ser divididos em aldeias e acampamentos de coleta de mariscos.

Em períodos mais recentes, iniciados, entretanto, antes da chegada do colonizador português, a região foi ocupada por indígenas do grupo Tupi. Os sítios arqueológicos referentes a esse grupo caracterizam-se pela ocorrência de cerâmica com traços diagnósticos da tradição cultural Tupiguarani, em especial a decoração, que pode ser plástica (principalmente com corrugações, unguiações e escovadelas) ou pintada, com linhas retas ou curvas pretas e/ou vermelhas sobre fundo branco, formando motivos geométricos. Nenhum sítio arqueológico Tupiguarani foi, até, o momento, registrado em Caraguatatuba, certamente pela ausência de pesquisa arqueológica na região, mas sua presença pode ser inferida pelo relato dos cronistas do século XVI.

- **Cenário 3** – Chegada, à costa, de **populações de língua Jê**, cujos remanescentes diagnósticos são as vasilhas cerâmicas atribuídas à tradição Itararé. Recentemente, começaram a ser identificados sítios de tradição Itararé em Ilha Bela (CALI, 2003b), com vasilhas cerâmicas simples, de pequenas dimensões. Não se dispõe ainda de datações que permitam saber as relações cronológicas entre essas populações e as pertencentes à tradição Tupiguarani.
- **Cenário 4** – Contato entre as **populações indígenas Tupi e o colonizador** vindo de Portugal, testemunhada pelos sítios que apresentam cultura material indicativa do contato

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-3	ABRIL / 2006

(objetos de uma cultura em sítios da outra, ou elementos aculturados indígenas em sítios do colonizador e elementos aculturados europeus em sítios indígenas).

Os colonizadores europeus que chegaram ao Brasil encontraram o litoral norte ocupado pelas populações Tupi mencionadas no **Cenário 2**. Há relatos de cronistas sobre as aldeias tupi (STADEN, 1974) e sobre acampamentos sazonais, onde os Tupi do interior vinham “mariscar”, ou seja, coletar moluscos (MADRE DE DEUS, 1975). Um sítio arqueológico comprovando o contato foi registrado em Ubatuba (SCATAMACCHIA E UCHÔA, 1993).

- **Cenário 5** – Ocupação histórica do litoral norte pelos **colonizadores europeus e seus descendentes**, nos períodos colonial e imperial, documentada pelos remanescentes das estruturas habitacionais, administrativas e produtivas edificadas pelos antigos moradores. Nesse período, as atividades econômicas basearam-se no trabalho escravo de indígenas e de negros.

Após a dominação dos indígenas do litoral pelos colonizadores e esvaziamento indígena da costa norte paulista, o cenário foi dominado pelos remanescentes das edificações construídas pelo colonizador, seja com finalidades residenciais, administrativas ou produtivas. Unidades produtivas importantes, a partir de fins do século XVIII, traduziram-se em fazendas canavieiras e engenhos de açúcar e aguardente; no século XIX, algumas dessas propriedades transformaram-se em fazendas cafeicultoras, ou novas fazendas foram organizadas em torno da produção cafeeira. Nessas unidades, todo o trabalho baseou-se no braço do escravo negro.

Em São Sebastião, há registro de dois sítios arqueológicos históricos relacionados a atividades produtivas, ambos citados por BORNAL (1995), na praia de São Francisco, nas proximidades do rio Perequê-Mirim.

Os sítios arqueológicos relacionados a esses cenários são apresentados no **Quadro 1**, a seguir, por município.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-4</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

**Quadro 1- Sítios arqueológicos registrados no Litoral Norte de São Paulo**

Município		São Sebastião	Ilha Bela	Caraguatatuba	Ubatuba
Tipo de sítio					
Sítios pré-cerâmicos	Sambaquis		08	01	03
	Acampamentos conchíferos			01	01
	Oficinas líticas				01
Abrigos sob rocha			07		
Sítios cerâmicos Tupiguarani			01		
Sítios cerâmicos Itararé			01		
Sítios cerâmicos de contato					01
Sítios históricos		02	01		
Sítios não identificados			38		
<b>Total</b>		<b>02</b>	<b>56</b>	<b>02</b>	<b>06</b>

Estudos recentes, relacionados à elaboração de plano de manejo para o Parque Estadual da Serra do Mar, descobriram 76 vestígios arqueológicos, entre os quais, peças líticas (polidores, machados, pontas de projéteis) e arte rupestre em matações de pedra, no vale do rio Quilombo (Cubatão); trata-se da primeira ocorrência desse tipo naquela região serrana (BALAZINA, 2005).

Com relação ao **patrimônio histórico edificado tombado ou de interesse cultural**, e considerando-se o litoral norte paulista, sabe-se de importante acervo de remanescentes existente nos municípios de Ilha Bela, São Sebastião e Ubatuba. Este Diagnóstico, no entanto, restringir-se-á ao patrimônio edificado existente no território municipal de **Caraguatatuba**, por ser este o único da região pertencente à AII.

Historicamente, de acordo com relatos dos primeiros cronistas e missionários, sabe-se que a costa recortada que se estende entre Bertiooga e Ubatuba, com baías, enseadas e praias limitadas por prolongamentos da serra do Mar, era tradicional domínio dos Tupiniquins e dos Tamoios. A ocupação branca iniciou-se ainda no fim do século XVI e cresceu à medida que os indígenas eram afastados. Nas primeiras povoações, como São Sebastião e Ubatuba, predominavam casas precárias, cobertas de palha, entre uma ou outra, construídas de pedra e cal, esta obtida a partir das conchas componentes dos sambaquis. A excelência das terras permitiu farta produção agrícola e o fabrico de farinha, açúcar e aguardente, trabalhos executados pelos índios escravizados nos vários engenhos e fazendas já existentes no século XVII. Quase toda a comunicação – para o Rio de Janeiro, Santos e até o Rio da Prata – era marítima. Os portos e as baías abrigadas foram procurados tanto por navios mercantes quanto

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-5	ABRIL / 2006

por naus de piratas e corsários que, então, atacavam costa brasileira (SCARANO, 1976; MALERBI, 1980).

Com a atividade mineradora nas Gerais, a região em estudo foi local de escoamento do ouro para a capital e ponto receptor das mercadorias necessárias à vida na região mineradora. Multiplicaram-se os caminhos entre os portos do litoral norte paulista e o planalto. Vencendo as serras, as tropas de muares levavam e traziam notícias e estabeleciam a ligação comercial. Por ela, passaram também as rotas do contrabando, primeiro do ouro, mais tarde, de escravos africanos. Na costa, algumas armações para pesca de baleia e extração de óleo para iluminação duraram pouco (MALERBI, 1980).

A partir de 1765, a Coroa portuguesa estimulou a lavoura canavieira, especialmente nos vales dos rios Paraíba e Tietê e no litoral norte. Neste último, engenhos produziram açúcar e aguardente para exportação, além de mantimentos, com o trabalho dos africanos escravizados. Os portos do litoral norte, além da produção local, recebiam e exportavam a produção do Vale do Paraíba. Os vestígios da riqueza então gerada ainda permanecem nas construções remanescentes, em Ubatuba, São Sebastião e Ilha Bela: residências, fazendas, engenhos, fortes. A decadência e o estado de miséria chegaram com a proibição usar os portos locais para exportação, entre o fim do século XVIII e o início do XIX. A volta à liberdade comercial proporcionou nova fase de prosperidade; à produção de açúcar e aguardente, juntaram-se plantações e fábricas de fumo e desenvolveu-se intensa atividade oleira. Logo as fazendas canavieiras foram ocupadas pela cafeicultura. Aos portos de Ubatuba e de São Sebastião, chegava, além da produção cafeeira costeira, a do Vale do Paraíba – principalmente pela Estrada Serra Acima, entre Ubatuba e Taubaté. Após a proibição do comércio negreiro, a partir de 1850, mais uma vez, a costa recortada prestou-se ao contrabando, desta vez de escravos africanos, encaminhados pelas trilhas menos freqüentadas da serra para as grandes propriedades do Vale do Paraíba (SCARANO, 1976; MALERBI, 1980).

A ligação ferroviária entre São Paulo e Rio de Janeiro, pelo planalto e Vale do Paraíba, e as leis abolicionistas constituíram dois dos fatores de sérias limitações impostas à prosperidade do litoral norte paulista. Entre o final do século XIX e meados do século XX, os contatos semanais entre os portos de Rio de Janeiro, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilha Bela, com Santos e o Rio de Janeiro realizavam-se por cabotagem; havia também serviços

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-6</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

complementares de pequenos barcos ou canoas de voga. Com a construção de rodovias, cresceu o potencial turístico do litoral norte (SCARANO, 1976).

Nesse contexto, inserem-se a formação e o desenvolvimento do atual território de **Caraguatatuba**.

Há indícios de que a ocupação branca da atual cidade de Caraguatatuba tenha-se iniciado ainda em meados do século XVI, simultaneamente à dominação dos indígenas habitantes da costa. Outra versão apresenta a fundação do povoado por volta de 1700, pelo genovês André Dona (SCARANO, 1976). A constituição, no entanto, de um povoado com arruamento e demais prédios necessários ao seu desenvolvimento se efetivou na segunda metade do século XVIII, por determinação do governador da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus.

Em 1806, a povoação encontrava-se vazia; o Ajudante Joaquim José Ferreira descreve-a como uma “vila que desertou”. Sem um bom ancoradouro, nem porto que abrigasse embarcações de maior porte, habitado principalmente por pescadores, o povoado de Santo Antônio de Caraguatatuba foi elevado à condição de freguesia em 1847 e de vila, em 1857. A produção indicada incluía pesca, cana, café, fumo, mandioca e feijão. Cerca de 20 anos mais tarde, o município constava 1.668 habitantes, dos quais apenas 176 eram escravos (SCARANO, 1976).

Desde meados dos Oitocentos, uma estrada ligava Caraguatatuba à vila de Paraibuna, na região serrana, de onde se atingiam os ricos centros cafeicultores do Vale do Paraíba paulista. A navegação de cabotagem constituiu atividade tradicional; iniciada com canoas de voga, mais tarde, passou a ser realizada em pequenos vapores — em 1925, viagem entre Caraguatatuba e Santos tinha duração de oito horas de navegação. Nessa época, a feição local ainda permanecia a de vila à beira-mar, com pequenas casas térreas em ruas estreitas (SCARANO, 1976).

Designada Estância Balneária a partir de 1947, a cidade encontra no turismo uma forte atividade econômica. Em 1967, Caraguatatuba recebeu o impacto de forte tempestade, após a qual gigantescos deslizamentos de terra verificados nas vertentes da serra do Mar soterraram parte importante da cidade e provocaram a morte de dezenas de moradores, com conseqüências danosas ao desenvolvimento local<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Informação disponível no site: <http://www.caraguatatuba.sp.gov.br/>

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-7</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

A partir de 1927, a Fazenda São Sebastião, mais conhecida por Fazenda dos Ingleses, constituiu o principal fator de desenvolvimento da cidade até a expansão do turismo, mais recentemente. Nessa propriedade de 4.020 alqueires, estabeleceu-se um dos três principais empreendimentos britânicos do gênero na América do Sul: produção de frutas exclusivamente destinadas à exportação para a Inglaterra.

A empresa inglesa The Lancashire General Investment Company, sediada em Londres, iniciou o empreendimento. A propriedade foi depois arrendada pela Companhia Brasileira de Frutas, uma das fornecedoras da empresa inglesa. Posteriormente, as terras foram vendidas à Sociedade Anônima Frigorífico Anglo, igualmente propriedade da The Lancashire — que ainda possuía o controle de dois outros empreendimentos: um de navegação, a Blue Star Line, e outro, de agentes de navegação, a Companhia Expresso Mercantil (PRADO, s/d).

Uma via férrea interna, com 120km e 40 ramais — a composição ferroviária atingia até 12 máquinas e 200 vagões —, transportava a produção para o porto, no rio Juqueriquerê, onde havia cais particular de 100m de extensão; dali, os produtos seguiam para o Porto de São Sebastião, em frota de sete lanchas e rebocadores que conduziam 20 chatões (barcaças grandes). No canal, os navios da Blue Star aguardavam a carga e, então, transportavam-na para os portos ingleses. A atividade permaneceu restrita durante o período da Segunda Guerra Mundial e foi retomada após o final do conflito, permanecendo por cerca de 20 anos. Cerca de 1.300 alqueires da fazenda foram desapropriados em 1954 e integrados ao Parque Estadual da Serra do Mar. Em 1967, cerca de metade da área da fazenda foi soterrada. Nos anos 1990, retomou-se atividade na área do futuro empreendimento, desde então denominado Fazenda Serra Mar<sup>2</sup> e voltado para a atividade pecuária (PRADO, s/d).

A cidade não possui bens tombados. A Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba – FUNDACC, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, atualmente, desenvolve esforço no sentido de recuperação da memória e do patrimônio locais.

A seguir (**Quadro 2**), apresenta-se a relação de bens edificados de interesse cultural.

<sup>2</sup> Idem nota anterior.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-8</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

## Quadro 2 - Bens edificados de relevância cultural em Caraguatatuba

Edificação	Localização
Obelisco – Chafariz	Praça Dr. Cândido Mota - Centro
Obelisco – Relógio Solar	Praça Dr. Cândido Mota - Centro
Edifício do atual Pólo Cultural Adaly Coelho Passos	Rua Altino Arantes, 72 - Centro
Igreja Matriz de Santo Antônio de Caraguatatuba	Praça Dr. Cândido Mota - Centro
Casa de Saúde Stella Maris	Avaliação. Miguel Varlez, 980 - Caputera
Fazenda Serra Mar (Fazenda dos Ingleses)	Estrada Rio-Santos – Porto Novo
Antigo porto da Fazenda dos Ingleses: <u>em estudo de tombamento</u>	Estrada Rio-Santos – Porto Novo

Fonte: Cadastro de Bens Edificados do Museu Histórico e FUNDACC, Secretaria de Educação e Cultura de Caraguatatuba, janeiro de 2006.

## 2.2 VALE DO RIO PARAÍBA E REGIÃO SERRANA: REMANESCENTES ARQUEOLÓGICOS E HISTÓRICO-CULTURAIS

### 2.2.1 Contexto pré-colonial

Até pouco tempo atrás, as pesquisas arqueológicas realizadas no Vale do Paraíba paulista indicavam que essa região havia sido ocupada, ao menos, por duas populações indígenas ceramistas, anteriormente à chegada do europeu à região, relacionadas a duas Tradições arqueológicas: Aratu e Tupiguarani.

A Tradição Aratu encontra-se registrada em vários municípios vale-paraibanos: Aparecida do Norte (CAMARGO & CAMARGO, 1990), Natividade da Serra (CALDARELLI et al., 2003), Caçapava (CALDARELLI et al., 2003) e Jacareí (BORNAL, 2000).

Datações absolutas obtidas no sítio arqueológico **Caçapava 1** (município de Caçapava) — que apresentou elevado número de urnas funerárias e evidência de uso como cemitério, por longo período de tempo — confirmam a presença, no Vale do Paraíba, de populações indígenas da tradição Aratu, por um período de quase três séculos, entre o século XI e meados do século XV d.C. (CALDARELLI, 2003). Quanto aos demais sítios Aratu registrados no Vale, os dados são poucos: escavações realizadas por arqueólogos amadores em Aparecida, nos anos 1960 (CAMARGO & CAMARGO, 1990) e registro de um sítio Aratu no município

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-9	ABRIL / 2006

de Natividade da Serra, pelos pesquisadores do Museu Histórico de Taubaté. O sítio Light, situado nas margens da represa Santa Branca, no município de Jacareí (BORNAL, 2000), apresenta indícios de ocupação Aratu — vasilhas esféricas com base cônica; cilíndricas, de contorno infletido com base cônica, ovóides e semi-esféricas, bem como um cachimbo tubular — não muito prolongada, além de, em porcentagens menores, fragmentos com decoração plástica corrugada, ungulada, pintura vermelha sobre branco, indicando contato com grupos Tupiguarani, o que demonstraria ser esse sítio mais recente que o sítio **Caçapava 1**. De fato, a ocupação Aratu representada pelo sítio Caçapava, iniciada no século XI, não ultrapassa a primeira metade do século XV.

A ocupação Tupiguarani do Vale do Paraíba, de acordo com os dados disponíveis até o momento, parece ser mais recente, começando, no máximo, um século antes da chegada do colonizador europeu. O sítio Tupiguarani Santa Marina, situado em Jacareí, dataria do século XV (GONZÁLEZ & ZANETTINI, 1999:93). Assim, a população Tupiguarani estaria adentrando o Vale enquanto a população Aratu se retirava. É possível que essa correspondência não seja uma coincidência e que a saída da população Aratu tenha sido provocada pela penetração Tupi, mas apenas pesquisas mais aprofundadas em outros sítios do Vale do Paraíba, tanto Aratu quanto Tupiguarani, poderão esclarecer a questão.

De todo modo, é certo que, no Vale do Paraíba, houve, provavelmente, uma extensa ocupação Aratu, distribuída por vários dos atuais municípios, e que, quando os primeiros portugueses lá penetraram, as aldeias Aratu não mais existiam.

Pesquisas arqueológicas recentes, realizadas para o licenciamento ambiental da Linha de Transmissão Tijuco Preto–Cachoeira Paulista II (SCIENTIA, 2004), levaram à descoberta de um outro sítio arqueológico indígena, não relacionado a nenhuma das duas tradições anteriormente descritas (Aratu e Tupiguarani). Esse sítio arqueológico, denominado Topo do Guararema, representa um fato novo no quadro acima esboçado. Situa-se em região serrana, hábitat explorado pelos Puri e Guarú. Segundo os cronistas e estudiosos, essas sociedades indígenas, caracterizadas por uma alta mobilidade, não eram produtoras de cerâmica. A cerâmica registrada no sítio Topo do Guararema é simples e não apresenta atributos nem da tradição Tupiguarani, nem da tradição Aratu. O material resgatado encontra-se em análise. É possível que tenha sido um assentamento Guaianá, apesar da falta de dados etno-históricos

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-10	ABRIL / 2006

sobre a confecção de cerâmica por essa população (CALDARELLI et al., 2003; SCIENTIA, 2004).

Em termos cronológicos, as datações radiocarbônicas realizadas no laboratório Beta Analytic sobre amostras coletadas no sítio Topo do Guararema demonstram a presença desses indígenas na região ao menos entre 1.010 e 1.410 AD (depois de Cristo), ou seja, no mesmo período dos sítios Aratu atrás referidos. Informações orais relatam a recente descoberta de outro sítio cerâmico similar ao sítio Topo do Guararema em suas proximidades.

Tendo em vista que a cerâmica do Topo do Guararema é, indubitavelmente, uma cerâmica característica dos antepassados dos indígenas de língua Jê, historicamente registrados, as descobertas arqueológicas, até a presente data, apontam para uma ocupação Jê em todo o Vale do Paraíba, entre os séculos XI e XV (Aratu, ao sul e Guaianá, ao norte), possivelmente entrando pelo século XVI (como aponta o sítio Light), data em que os indígenas de língua Tupi teriam penetrado no Vale.

Nessas áreas de solo ainda preservado, devem ser buscados, como indicadores de antigos assentamentos, os bens culturais móveis deixados pelos antigos ocupantes do território, em especial aqueles de maior durabilidade: objetos de pedra (lascada e polida) e de cerâmica. Tais objetos, que devem ter sido preservados em contextos deposicionais que permitiram seu soterramento, podem revelar, ainda, através de escavações sistemáticas, estruturas que elucidem a organização do espaço interno aos sítios, indicativa de relações sociais a serem interpretadas pelos especialistas, além de fornecer indicações valiosas sobre as práticas de captação de recursos de seus habitantes, no território de inserção do assentamento.

As aldeias indígenas mencionadas na literatura quinhentista testemunham apenas os assentamentos contemporâneos à conquista do território paulista pelo europeu. A mobilidade indígena retratada pelos quinhentistas indica que vestígios de outros assentamentos, já abandonados no início da colonização, devem ter subsistido no registro arqueológico, assim como devem ter subsistido vestígios de assentamentos de ocupações anteriores a das populações que viviam na AII à época da conquista.

Pelo grande desconhecimento das ocupações indígenas pré-coloniais, cujos testemunhos materiais foram, em sua maioria, destruídos no processo de ocupação histórica do território, qualquer possibilidade de recuperação dos vestígios ainda remanescentes reveste-se de especial significado científico.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-11</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

A seguir a relação dos sítios arqueológicos do período pré-colonial registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN nas regiões valeparaibana e serrana da área de estudo.

**Quadro 3: Sítios arqueológicos pré-coloniais registrados no CNSA/IPHAN**

Sítio/município	Categoria	Tipo de material	Água mais próxima / rio	Coordenadas UTM	Pesquisador
Caçapava I (Caçapava)	Sítio multicomponential pré-colonial cerâmico e histórico	Cerâmica Tradição Aratu; estruturas de combustão e funerárias; lítico lascado e polido; louça	Ribeirão dos Mudos / Rio Paraíba do Sul	23K 432668 7442928	Caldarelli (1994)
Topo do Guararema (Guararema)	Sítio pré-colonial Cerâmico	Cerâmica tradição não identificada, lítico lascado e polido, estruturas de combustão	Rio Paraíba	23K 398404 7409426	Scientia (2004)
Light (Jacareí)	Sítio pré-colonial cerâmico	Cerâmica Tradição Aratu, estruturas funerárias lítico bruto, lascado e polido	Represa Santa Branca / Rio Paraíba do Sul	ND	Bornal & Queiroz CNSA, 2000
Pedregulho (Jacareí)	Sítio pré-colonial cerâmico	Cerâmica Tradição Tupiguarani	Rio Guatinga / Rio Comprido	ND	Bornal & Queiroz CNSA, 1999
Rio Comprido I (Jacareí)	Sítio pré-colonial cerâmico	Cerâmica Tradição Tupiguarani	Grotta d'água / Rio Comprido	ND	Plácido Cali, CNSA, 1999
Santa Marina (Jacareí)	Sítio pré-colonial cerâmico	Cerâmica Tradição Tupiguarani, lítico lascado e polido.	Rio Guatinga / Rio Comprido	ND	Bornal CNSA, 1997
Villa Branca (Jacareí)	Sítio pré-colonial cerâmico	Cerâmica Tradição Tupiguarani e artefatos líticos	Rio Guatinga / Rio Comprido	ND	Bornal CNSA, 1999
Natividade da Serra (Natividade da Serra)	Sítio pré-cerâmico	Cerâmica Tradição Aratu	Rib. Duque de Caxias	ND	Stela Cristine Rocha

Fonte: IPHAN (consulta abril, 2006).

ND = Não disponível.

### 2.2.2 Ocupações etno-históricas

As fontes escritas consultadas (ABREU, 1954; ABREU, 1985; ALMEIDA, 1935; AZEVEDO, 1959; CASAL, 1975; HOLANDA, 1975; KNIVET, 1878; LÉRY, 1972; LOWIE, 1946; MAGALHÃES, 1978; MÉTRAUX, 1946; MONTEIRO, 1994; NIMENDAJU, 1981; ORTIZ, 1988; PETRONE, 1995; REIS, 1979; SCHADEN, 1954) relatam que, no início do século XVI, a porção paulista do Vale do Rio Paraíba do Sul era certamente ocupada por índios pertencentes às famílias lingüísticas Tupiguarani e Puri, sendo freqüentes as menções a grupos Guaramomi, Maramomi, Muiramomi ou Geromomi e Guarus, Guarulhos ou Guarumirins, cuja família lingüística é incerta, havendo autores que os incluem nos falantes da língua Jê, fato ainda não confirmado.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-12</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

No século XVI, as denominações dos índios eram dadas pelos portugueses, que freqüentemente confundiam os vocábulos, designando do mesmo modo índios étnica e culturalmente muito distintos entre si. Devido a isso, muita polêmica se estabeleceu entre os estudiosos que tentaram desfazer as confusões originadas e identificar étnica e lingüisticamente os indígenas da região.

Apesar das muitas dúvidas, sabe-se que o Vale do Paraíba do Sul foi ocupado desde suas nascentes até o final de seu alto curso pelos Muiramomi; em toda sua extensão por Tupis (designados também como Tamoios, Tupinambás e Goitacases) e, no médio e baixo cursos, por Puris (Puris, Goitacases e Coroados), sendo esses últimos distinguidos dos demais por uma tonsura corte circular no alto da cabeça, em forma de coroa.

Os Guaramomi foram os primeiros indígenas a desaparecer da região, atacados pelos Tamoio que desciam pelo Vale do Paraíba, fugindo dos portugueses, após a expulsão dos franceses (seus aliados) do Rio de Janeiro, e pelos Tupiniquim que subiam pelo Vale, fugindo dos portugueses da região de Piratininga. Acabaram aldeados em Guarulhos e Atibaia, onde terminaram perecendo, no início do século XVII. Seus costumes eram muito simples, pois, não sendo horticultores e vivendo em grande mobilidade, construíam habitações de pequena durabilidade.

Os Puri parecem ter penetrado no Vale do Paraíba do Sul através do Rio de Janeiro, fugindo de suas terras de origem (litoral do Espírito Santo e Rio de Janeiro), empurrados pelos Tupi, de quem eram inimigos. Chegaram até o médio Paraíba (Bananal, Queluz, Lorena e Guaratinguetá).

Com o desenvolvimento da colonização européia, os contatos amigáveis estabelecidos entre os portugueses e os Tupi no início do século XVI foram-se alterando. Esse fato deveu-se, principalmente, à prática de apresamento de índios para uso como mão-de-obra escrava e à proibição, por parte da Coroa portuguesa, de escravizar os nativos e confiná-los em aldeamentos, onde viviam num tipo de regime de servidão. A consequência disso foi a fuga em massa dos Tupi paulistas, que se dirigiram para o Alto Tietê e para o Alto Paraíba, enquanto os Tamoio, como já foi dito, desciam Vale abaixo. Os Puri, devido ao êxodo dos Tamoio, desceram o Vale, chegando a atingir os atuais municípios de Taubaté, Caçapava e São José dos Campos.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-13</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

A escravização, com o confinamento em aldeamentos; as guerras de extermínio — como aquela determinada pelo governador-geral Mem de Sá contra os grupos Tupi, organizados na Confederação dos Tamoios (1560-1567) — e os surtos de doenças provocaram o decréscimo da população indígena em São Paulo. Para substituir os trabalhadores escravizados, formaram-se as bandeiras para apresamento de novos índios, tanto em direção ao sul de São Paulo (as quais trouxeram um enorme contingente de Carijós) quanto em direção ao Vale do Paraíba. Como consequência do bandeirismo de apresamento, já na primeira metade do século XVI, muitos dos Tupi do alto e baixo Vale do Paraíba do Sul encontravam-se cativos ou aldeados, enquanto seus remanescentes eram rapidamente dizimados ou fugiam para outras regiões.

Culturalmente, os índios Tupi viviam em grandes habitações retangulares, recobertas por folhas de palmeira abobadadas, com duas portas nas laterais e uma em sua parte central. Cortavam árvores com machados de pedra, abrindo clareiras na floresta para construção de suas aldeias. Deixavam os troncos e as folhas secarem ao sol e, depois, através do atrito de galhos secos, produziam fogo para queimá-los, usando as cinzas como fertilizante para o plantio de roças, plantadas com o auxílio de paus com ponta endurecida no fogo para escavar a terra, assim que começavam as primeiras chuvas. Os produtos pescados ou caçados eram moqueados e assados em espetos colocados sobre fogueiras externas às habitações. Confeccionavam vasilhas de argila queimada, com a técnica do acordelamento simples, ou decoradas com motivos digitais, ungueais, impressos, estriados, roletados, nodulados ou incisos. A decoração mais complexa era a pintada, que consistia na pintura de linhas retas ou curvas, pretas, vermelhas ou pretas e vermelhas, formando motivos variados, aplicadas sobre um fundo branco. A tinta preta provinha do fruto do jenipapo; a vermelha, do urucum, e a branca, de depósitos minerais de calcário. As formas e tamanho das vasilhas variavam de acordo com suas funções. Os mortos eram enterrados em covas, de forma direta ou no interior de igaçabas, dispostas próximas às cabanas ou em seu interior.

Devido à vizinhança do branco, em meados do século XVII, já haviam sofrido influências em seu sistema de vida, iniciando-se um processo de aculturação que, em ritmo cada vez mais acelerado, acabou por levar à sua descaracterização cultural.

Com a penetração, no Vale do Paraíba, das bandeiras que se dirigiam a Goiás e a Minas Gerais e, posteriormente, com o desenvolvimento das fazendas, estradas foram abertas para o

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-14</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

tráfego de muares, bois e cavalos — tanto em direção à região mineradora quanto em direção aos portos do litoral norte paulista —, e esses índios acabaram desaparecendo da região.

Os últimos indígenas a desaparecer do Vale foram os Puri. Inicialmente, ocupavam 6 léguas de mata sobre 2 de largo, entre a serra da Mantiqueira e o rio Paraíba. Grupo de alta mobilidade, suas cabanas não passavam de meros anteparos contra o vento, feitas pela deposição de folhas de palmeira contra uma estrutura de madeira, que também servia para pendurar suas redes de dormir. Eram considerados tímidos e medrosos. Corriam dos brancos e não os atacavam; no máximo, roubavam suas ferramentas. Viviam praticamente de caça, pesca e coleta, pouco plantando. Assavam a carne em espetos sobre fogueiras e usavam cabaças como tigelas. Eram conhecidos como hábeis arqueiros. Como os demais índios da região, adornavam o corpo com pinturas, penas e colares. Em meados do século XVIII, viviam na região de Lorena, nas fraldas da Mantiqueira, para onde foram sendo expulsos e implacavelmente perseguidos pelos habitantes de Ipacaré. Também eram encontrados na região de Bananal. Em 1770, a Coroa portuguesa proibiu agressões aos índios; os Puri foram aldeados e utilizados como servos dos ipacareanos. Aqueles que escaparam a essa conquista refugiaram-se na região serrana, de onde faziam incursões ao Vale do Paraíba, em busca de alimentos. Em seu processo de fuga, parte desses índios acabou saindo do Vale, dirigindo-se para Minas Gerais. No século XIX, os Puri remanescentes do Vale do Paraíba foram aldeados em Queluz.

Evidências arqueológicas relativas a essas populações indígenas não são conhecidas, mas não se pode descartar a possibilidade de serem encontradas, pois sua presença no Vale certamente deve ter deixado vestígios materiais, ainda que pouco visíveis e de difícil interpretação.

No planalto paulista, entre os campos de Piratininga, o Alto Tietê e o Vale do Paraíba, habitavam os índios Guaianá ou Guaianases, nação bastante populosa no século XVI.

Os conflitos advindos com a situação de contato e dominação colonial — guerra, apresamento, escravização, aldeamento — provocaram a fuga em massa dos Tupi paulistas, que se dirigiram para o interior, incluindo o Alto Tietê e o Alto Paraíba. Provocou, igualmente, uma reordenação da localização de vários grupos indígenas, que, retirados de seus territórios, foram mantidos em aldeamentos ou “contratados” como trabalhadores nas imensas fazendas que então se estabeleciam.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-15</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Assim, as regiões do Alto Tietê e do Vale do rio Paraíba, além das nações indígenas que já abrigavam, passaram a receber integrantes de várias outras.

Segundo PETRONE (1995), o mais significativo instrumento utilizado pelos europeus para a colonização do território foi a criação de aldeamentos indígenas<sup>3</sup>, onde populações nativas em processo de "civilização" eram reunidas, inicialmente sob responsabilidade de ordens religiosas, principalmente jesuíticas, mas também sob responsabilidade de leigos, em especial a partir do início do século XVII, os quais eram nomeados "administradores" pela Câmara da Vila de São Paulo. Nos aldeamentos leigos, os índios "administrados", embora oficialmente não escravizados, podiam ser contratados para prestar serviços aos órgãos da administração pública ou a moradores locais, dispositivo que, na prática, mantinha-os em perene estado de servidão. Nos aldeamentos religiosos, em geral situados dentro de grandes propriedades rurais, que eram cedidas como doações às ordens religiosas, por sua vez, atividades externas eram proibidas e os trabalhos realizados permitiam a auto-sustentação do aldeamento.

A distribuição geográfica dos aldeamentos, implantados, geralmente, em terras elevadas, próximas a cursos d'água, não era aleatória, mas obedecia aos seguintes fatores:

- localização tradicional de aldeias indígenas preexistentes, para as quais já se podia contar com as próprias trilhas criadas pelos índios;
- necessidade de defesa da Vila de São Paulo, em particular, e de todo o sertão de Piratininga, em geral, dos ataques de outros grupos indígenas.

É importante lembrar que o Vale do Paraíba foi palco de inúmeros conflitos entre índios e colonos, desde a segunda metade do século XVI (MONTEIRO, 1994). Uma das primeiras regiões a receber o impacto da colonização, conheceu também a formação de aldeamentos indígenas.

A ocupação colonial do Vale do Paraíba e da região serrana que a liga ao litoral norte paulista vinculou-se aos caminhos indígenas existentes; o contato com a Metrópole portuguesa só se dava na região costeira.

---

<sup>3</sup> O autor distingue o termo "aldeamento" (aglomerados indígenas criados pelo colonizador) do termo "aldeia" (aglomerados indígenas espontâneos).

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-16</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Os índios percorriam as regiões próximas e as distantes, buscando alimentos e locais para assentamento; freqüentemente, verificava-se a presença alternada ou sazonal de grupos em regiões do planalto e do litoral.

Na serra do Mar, de Santos e São Vicente, as sendas eram numerosas; o mesmo se dava entre a costa e o planalto de Piratininga, essas conhecidas como os “caminhos do mar”.

Várias trilhas ligavam o atual território do litoral norte paulista à região vale-paraibana:

- o caminho dos Tamoios estendia-se de Ubatuba e de Caraguatatuba ao Vale do Paraíba, via Paraibuna;
- as trilhas da Bertioga davam acesso ao local onde se fundou Mogi das Cruzes;
- de São Sebastião, partia um caminho rumo à atual região de Salesópolis;
- de Ubatuba, trilhas davam acesso a Taubaté e a Bananal, de onde partiam outros caminhos em direção aos portos fluminenses de Angra dos Reis (BRUNO, 1967; SCARANO, 1976).

ANCHIETA registrou o trânsito dos índios entre o litoral e o interior, em toda a Capitania de São Vicente:” (...) vão primeiro por um rio, algumas jornadas em almadias (ubás indígenas), as quais não são mais, cada uma, que o âmago de uma árvore, mas tão grandes, que numa cabem de vinte a vinte e cinco pessoas com seus mantimentos e armas, e quando isto se fazia necessário, saem fora delas e as levam às costas por quatro ou cinco léguas (...)” (apud SCARANO).

Com a atividade mineradora nas Gerais, parte do ouro escoava-se pelos caminhos mencionados rumo aos portos de São Sebastião e Ubatuba, a caminho do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que passavam as mercadorias necessárias à vida na região mineradora, procedentes do litoral. É preciso considerar ainda as rotas de contrabando de ouro que, atravessando a Mantiqueira, o Vale do Paraíba, a serra do Mar, chegavam às pequenas baías e enseadas. Posteriormente, pelos mesmos caminhos, escoavam-se a produção açucareira e a cafeeira vale-paraibana; no retorno, as tropas levavam ao Vale o sal e os produtos necessários à vida cotidiana dos moradores do Vale — o que incluiu os requintados e luxuosos artigos europeus, como vestes, armas, mobiliário, objetos de adorno.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-17</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Esses caminhos vencendo as serras passaram a ser paisagem dominada por grandes tropas de muares, que levavam e traziam notícias e realizavam o transporte das mercadorias. Eram estradas perigosas, marcadas pelas ossadas dos animais que despencavam com suas cargas. Ao longo deles, estabeleceram-se muitos ranchos de parada das tropas, alguns dos quais originaram povoações. Não por acaso, trechos da serra do Mar e da serra da Mantiqueira receberam a denominação de “Quebra-Cangalha” (BRUNO, 1967; MAIA e MAIA, 1981).

Nesse contexto entre litoral, serra e Vale do Rio Paraíba, inserem-se a origem e a interação entre os atuais municípios de **Caraguatatuba** (tratado no item 2.1), **Paraibuna**, **Jambeiro**, **São José dos Campos**, **Caçapava** e **Taubaté**, definidos como Área de Influência Indireta do meio antrópico do empreendimento. Essa ligação entre planalto e litoral pela região serrana passou a ter papel secundário na medida em que o caminho terrestre entre São Paulo e Rio de Janeiro, pelo Vale do Paraíba, ganhou importância e, principalmente, após a implantação da Estrada de Ferro São Paulo–Rio de Janeiro, a partir de 1869.

As cidades por onde passava a linha férrea desenvolveram-se, mas as que ficaram fora dela, mesmo prósperas, entraram em declínio. Em 1889, com a queda do Império, a Estrada de Ferro Dom Pedro II transformou-se na Estrada de Ferro Central do Brasil, que, em 1890, incorporou a Estrada de Ferro do Norte. Em 1957, a Central foi incorporada pela REFESA. O trecho entre Mogi das Cruzes e São José dos Campos foi abandonado no fim da década de 1980.

No século XX, as novas rodovias, a imigração, a industrialização, a criação de importantes centros universitários e de pesquisa, bem como as atividades relacionadas ao turismo, desenvolveram extraordinariamente a economia das cidades vale-paraibanas e serranas integrantes deste estudo.

### 2.2.3 A ocupação histórica do Vale do Paraíba e seus remanescentes arqueológicos

O povoamento colonial do Vale do Paraíba paulista iniciou-se, efetivamente, a partir do começo do século XVII. A derrocada dos indígenas, após os sucessivos ataques à vila de São Paulo, no movimento que ficou conhecido como "Confederação dos Tamoios", resultou na formação dos aldeamentos de Nossa Senhora da Escada e de São José do Paraíba, em terras hoje pertencentes, respectivamente, aos municípios de Guararema e São José dos Campos; a finalidade era proteger as fronteiras de São Paulo de Piratininga de ataques de índios hostis

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ
	ANEXO D-18	ABRIL / 2006

(PETRONE, 1995). Diz HOLANDA (1964) que, poucos anos antes, teria sido menos viável a instalação de moradores brancos ou mamelucos no lugar, em virtude da oposição dos nativos, o “gentio de bougi”, formado pelos Tupiniquim desgarrados de Piratininga ou de restos dos Tamoio que conseguiram sobreviver ao massacre e dispersão de seu povo.

Segundo MONTEIRO (1994), o adentramento de expedições para o Vale do Paraíba, a partir de 1640, foi uma reação à crise no abastecimento de cativos Guarani, dos quais dependia vitalmente a população paulista. Essas investidas originaram o Caminho Velho dos Paulistas, ou Estrada Real: saía de São Paulo, pela Penha, passava por Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Guararema, atingindo o Vale do Paraíba, em Jacareí; estendia-se a Taubaté, de onde passava a acompanhar o trajeto do Caminho Velho de Parati.

Em 1638, iniciou-se a penetração do sertão de Taubaté, a fim de descobrir minas, pacificar índios e demarcar as terras da Condessa de Vimieiro, cujos limites eram até então desconhecidos. Fundou-se o povoado de São Francisco das Chagas de Taubaté, em 1643, o qual, elevado à categoria de vila em 1645, constituiu o primeiro núcleo urbano oficial do Vale do Paraíba (ORTIZ, 1988).

De acordo com HOLANDA (1964: 95), toda a longa faixa de terra que divide as vertentes da Mantiqueira das da Paranapiacaba deve ter sido libertada dos Tupi inimigos durante os anos finais do século XVII. Restavam, portanto, apenas “as tribos mais tratáveis dos Guaianá, Puri, Guaramomis ou Guarulhos, pouco afeiçoadas, contudo, ao mister agrário e adversos de seu natural à vida sedentária”.

Menciona MONTEIRO (1994:85) que os paulistas, habituados à mão-de-obra Guarani, enfrentaram grandes obstáculos tanto na tentativa de compreender línguas não-Tupi quanto na transformação destes índios em trabalhadores produtivos.

Atraídas pela concessão de sesmarias na região, várias famílias paulistas deslocaram-se para o Vale do Paraíba, onde se estabeleceram e de onde partiram em busca de índios, ou à procura dos metais preciosos dos Sertões dos Cataguases (situados no lado oposto da serra da Mantiqueira), nome dado, à época, às terras posteriormente denominadas Minas Gerais, cujas primeiras notícias começavam a circular entre os habitantes da Colônia.

A economia de subsistência predominou em poucos núcleos povoados do Vale do Paraíba, que encerrou o século XVII, segundo MÜLLER (1969), com três vilas (Taubaté, Jacareí e

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-19</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Guaratinguetá), dois povoados ligados a patrimônios religiosos (Pindamonhangaba e Tremembé) e dois aldeamentos indígenas (Nossa Senhora da Escada e São José). A região constituía via de passagem e zona abastecedora das Minas Gerais; abrigava também ligações transversais entre o planalto e o litoral, decalcadas parcialmente em caminhos indígenas. “Enquanto o caminho para Minas, pela garganta do Embaú, correspondia à velha trilha Guainá, as que buscavam o litoral, unindo as atuais cidades de Taubaté e Itatuba e de São José dos Campos e Caraguatatuba, seguiam velhos roteiros dos Tamoio” (MÜLLER, 1969).

De acordo com PASIN (2001), nos primeiros anos do povoamento, a exploração das terras consistia em pequenas roças de mantimentos, na construção de engenhocas para o fabrico da farinha, do melado, do açúcar e da aguardente, e na criação de porcos e galinhas. Os escravos eram raros, e a subsistência da família era mantida pelo trabalho dos próprios membros. A produção principal eram milho, feijão, arroz, amendoim e fumo. O cultivo do algodão destinava-se à confecção de tecidos grosseiros.

De acordo com CALDARELLI (2002), foi no contexto acima descrito que surgiram as moradias rurais que deram origem aos **sítios arqueológicos históricos** conhecidos nos municípios de Caçapava (sítios Caçapava 1: áreas 1, 3 e 5; Caçapava 2: áreas 1 e 2) e Jacareí (sítio Jacareí 2: Área 1), dentro do padrão disperso descrito por MÜLLER (1958).

Segundo PASIN (2001), a falta de caminhos e de meios de transporte impedia a mobilidade e o contato entre os vários núcleos de povoadores e o exterior. O comércio era medíocre e rudimentar: um comércio de "beira de caminho". A falta de braços obrigava as famílias possuidoras de grandes sesmarias a explorar e a cultivar pequenas glebas de terras, que mal davam para satisfazer o consumo interno. Assim, durante século e meio, a população vale-paraibana prendeu-se a uma economia de subsistência, sem nenhuma possibilidade de aumentar a produção e, conseqüentemente, sem meios de manter um comércio exterior com São Paulo, Rio de Janeiro e outros núcleos.

Esse mesmo isolamento, que levou ao desenvolvimento da economia de subsistência e facilitou a eclosão de alguns poucos aglomerados, impediu que neles pudesse haver qualquer possibilidade de uma estruturação socioeconômica mais complexa, pela incipiência das trocas, a dificuldade de desenvolvimento do trabalho artífice, a nivelção criada por uma vida simples e primitiva. Eram aglomerações de população presa à terra, simples capelas que ajuntavam aos domingos e dias festivos os roceiros dos arredores (MÜLLER, 1969).

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ
	ANEXO D-20	ABRIL / 2006

Zona de passagem para as Gerais e para os portos de Parati e Ubatuba, o Vale do Paraíba desenvolveu uma economia de subsistência, como única forma possível de sobrevivência. Durante o século XVIII, boa parte de sua população masculina se evadira para Minas Gerais, a qual já estava se tornando auto-suficiente, reduzindo grandemente a demanda por produtos agrícolas de Taubaté.

No final do século XVIII, com o esgotamento das minas, o êxodo dos viajantes e aventureiros para outras áreas, bem como a disponibilidade da mão-de-obra escrava, o Vale do Paraíba intensificou a cultura da cana-de-açúcar, com a construção de um grande número de engenhos (PASIN, 2001).

A vinda da Corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, incrementou o intercâmbio comercial entre os centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro. O Vale do Paraíba, zona de passagem, ganhou revitalização econômica.

Nessa época, surgiram, a pequenos intervalos, os assentamentos rurais representados pelos sítios arqueológicos históricos registrados nos municípios de Caçapava (áreas 2 e 4 do sítio Caçapava 1), Jacareí (áreas 1 e 2 do sítio Jacareí 1) e Taubaté (setores B e C do sítio Taubaté 1), todos em volta de um antigo caminho de tropeiros (CALDARELLI, 2002).

Ainda na primeira metade do século XIX, a cultura cafeeira, em pleno processo de expansão, adentrou o Vale do Paraíba paulista, vindo do Rio de Janeiro e instalando-se na região, levando à constituição das grandes fazendas cafeeiras que se tornaram o símbolo do Vale e geraram enorme riqueza.

O Vale do Paraíba passou, então, a beneficiar-se de importantes melhoramentos, como a instalação da Estrada de Ferro Pedro II, em 1876, entre São Paulo e Rio de Janeiro; a instalação de sistema de iluminação a gás nos centros urbanos; a ampliação dos serviços de abastecimento de água e a construção de casas de saúde, além de promover um surto educacional e cultural que levou à criação de escolas, teatros e à edição de jornais locais.

A produção cafeeira, na região, estava estreitamente ligada à mão-de-obra escrava. O dispêndio inicial exigido para a obtenção dos extraordinários lucros proporcionados pelo café só podia ser sustentado por famílias ricas, num ciclo vicioso que as enriquecia cada vez mais. Dessa forma, foram sendo incorporadas às suas terras as terras dos pequenos proprietários rurais, o que levou à formação de grandes latifúndios monocultores de café no Vale do Paraíba.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-21</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

O café possibilitou aos grandes fazendeiros a construção de mansões residenciais luxuosas nos centros urbanos e de amplas residências na zona rural, onde se situavam as sedes de suas fazendas.

O casarão residencial das fazendas seguia, em geral, um mesmo padrão: construções retangulares amplas, térreas ou assobradadas, cercadas por varandas externas cobertas, com paredes grossas e sólidas e madeiramento de lei (a respeito da arquitetura das fazendas de café vale-paraibanas, ver MAIA & HOLLANDA, 1975).

À frente ou ao lado das casas, situava-se o terreiro de pedra ou de tijolo, para a secagem do café. Mais distantes, embora próximas aos terreiros de café, ficavam as casas dos agregados e dos feitores e as instalações onde se guardavam os arreios, as cangas, as cordas e as ferramentas necessárias ao funcionamento da fazenda. Nos fundos, afastadas das casas grandes, ficavam as senzalas dos escravos, de pau-a-pique ou taipa.

No final do século XIX, já decaíra a produção cafeeira regional: o esgotamento das terras e a abolição da escravatura aceleraram o processo de decadência e estagnação do Vale do Paraíba, retratado por Monteiro Lobato em toda a sua obra.

Nas áreas rurais, os cafezais foram substituídos por pastagens, como regra; em algumas áreas, procurou-se revitalizar a cultura canavieira. Houve também uma tendência à divisão das terras em pequenas propriedades, ao mesmo tempo em que chegavam famílias de imigrantes para estabelecerem-se no Vale. A industrialização da região, incipiente nas primeiras décadas do século XX, intensificar-se-ia a partir de 1950: aproveitou tanto capitais quanto trabalhadores disponíveis na região (MÜLLER, 1969; PASIN, 2001).

Provavelmente, deveu-se ao fluxo da mão-de-obra para as cidades o abandono das moradias rurais representadas pelos sítios arqueológicos históricos da Rodovia Carvalho Pinto (CALDARELLI, 2002) (**Fotos 1 a 3**).

Com a abolição da escravatura, ao final do século XIX, novos contingentes de homens brancos europeus vieram a fixar-se na região, como trabalhadores livres, adquirindo os pequenos lotes de terra em que se foram subdividindo as grandes propriedades cafeeiras. Eram famílias de italianos, espanhóis, portugueses, e também outras, oriundas de outros países europeus. Ligado a esse processo, deu-se a ocupação dos setores mais recentes do sítio Arqueológico Jacareí 1.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-22	ABRIL / 2006

Fazendas modestas de café, como a representada pelo sítio Arqueológico Caçapava 3, foram desativadas e substituídas por outras atividades, como a produção oleira, testemunhada pelas duas olarias registradas no sítio.

Os sítios arqueológicos históricos evidenciados durante as pesquisas arqueológicas na Rodovia Carvalho Pinto (CALDARELLI, 2002) testemunham uma ocupação da região por famílias de origem modesta que, ao longo dos séculos, assentaram-se ao redor dos caminhos que cortavam a região, inicialmente, aproveitando as antigas trilhas indígenas e, aos poucos, abrindo novos caminhos. Segundo HOLANDA (1964), o que os moradores iam buscar naquele sertão era, expressamente, remédio para sua pobreza. “Tudo faz crer que se tratava, na maioria, de gente de condição e origem apagadas, desprovida em geral de bens da fortuna e dos meios para obtê-los”.

Assentamentos ao redor de caminhos percorridos por tropeiros foram a situação verificada nos sítios Jacareí 1, Jacareí 2, Caçapava 3 e Taubaté 1. Registrou ZALUAR (1975), ao percorrer a região em 1860: "Grande número destas casinhas que se vêem à beira da estrada, que percorria de Lorena a São Paulo, são habitadas por empregados. O proprietário do terreno mora a alguma distância do caminho, para não ser incomodado pelos transeuntes".

O que o cronista verificou no século XIX já ocorria nos séculos XVII e XVIII, só que num contexto diverso: sobrevivendo economicamente de suas parcas lavouras e do fornecimento de víveres aos tropeiros, a população do Vale procurava assentar-se à beira dos caminhos por esses percorridos. A partir de meados do século XIX, a situação de subordinação aos grandes proprietários de terras foi-se impondo, tanto aos anteriormente pequenos proprietários rurais quanto aos mestiços descendentes dos bastardos dos senhores e, posteriormente, aos negros libertos, que também se tornaram empregados.

Os aglomerados rurais, dispersos pelo Vale, ao longo dos caminhos, dispunham-se nas proximidades de pequenas capelas, erigidas em pontos elevados do terreno, seja dominando uma única propriedade (caso do sítio Caçapava 3), seja dominando um conjunto de pequenas moradias (caso do sítio Jacareí 2).

Com uma planta padronizada quadrangular, as capelas evidenciadas no resgate arqueológico seguem o padrão descrito por ANDRADE (1978) para as capelas de um único corpo.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-23</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

As moradias rurais, das quais só se encontraram vestígios de esteios e de combustão em alguns dos sítios pesquisados, deviam seguir o padrão descrito também por ANDRADE (1978), aqui reproduzido: "Casa de taipa com cobertura de duas águas, edificada segundo sucessivos patamares internos, que, para permitir um pé direito mínimo na área do fundo, se eleva na faixa fronteira, possibilitando desta maneira a criação de um segundo piso de 'sobrado', no qual era aberta uma pequena envasadura junto ao frechal". Essas casas, segundo o autor, assentavam-se sobre terrenos planos ou em patamares.

Patamares evidenciados na Área 2 do sítio Jacaré 2 indicavam uma moradia desse último tipo, enquanto a casa de um informante entrevistado, Sr. Antonio Patrocínio, construída pela família Sardão em 1890, aproximadamente, apresentava as características do primeiro tipo, ou seja, casa de taipa de mão, com telhado de duas águas, construída sobre terreno aplainado.

Finalmente, cabe ressaltar a influência da cultura negra na cultura material do Vale do Paraíba, em especial no que concerne à cerâmica, que apresenta uma tríplice influência: indígena, européia e negra. A probabilidade da influência africana na confecção da cerâmica histórica (denominada também neobrasileira) foi inicialmente aventada por DIAS (1988), que lançou a hipótese de o padrão decorativo inciso, com sua grande variedade de motivos e combinações, ser de origem africana.

Posteriormente, outros autores endossaram essa hipótese (JACOBUS, 1996, citado por MORALES, 2000). MORALES chamou a atenção para novos elementos comuns na cerâmica africana, observados na cerâmica dita neobrasileira, como a presença de apêndices laterais (atribuída usualmente à influência européia), e a técnica de confecção por acordelamento (freqüentemente, considerada um indicador de influência indígena). Segundo esse autor, a presença de padrões decorativos praticamente idênticos em fragmentos cerâmicos coletados em áreas distantes como São Paulo e Rio Grande do Sul, não reconhecidos no repertório indígena, sugere que os ceramistas tenham repetido padrões já conhecidos e/ou observados dentro de seu escopo cultural, remetendo sua origem a influências africanas (2000).

Os cachimbos encontrados nos sítios arqueológicos da Rodovia Carvalho Pinto parecem ser, senão de fabricação negra, ao menos, de consumo principal entre negros e mulatos. SPIX & MARTIUS (1976), percorrendo a região no início do século XIX, comentaram que negros, mulatos e mamelucos formavam, no Vale do Paraíba, a maior parte da população e que não era raro verem-se mulheres de cachimbo na boca, sentadas diante de suas casas.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-24</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Poucas publicações falam de achados de cachimbos em pesquisas arqueológicas no Vale do Paraíba do Sul. CAMARGO & CAMARGO (1990) mencionam, para a cidade de Aparecida, um cachimbo de barro com decoração antropomorfa esculpida. LIMA (1993) relata cachimbos de cerâmica em escavação arqueológica feita numa fazenda de café do século XIX no Vale do Paraíba fluminense, os quais a autora atribui aos escravos de origem africana. Analisados posteriormente por AGOSTINI (1997), esses cachimbos parecem assemelhar-se aos da Rodovia Carvalho Pinto, inclusive cronologicamente. BORNAL (1995) descreve a presença de diversos cachimbos de tipo angular no sítio São Francisco 1, em São Sebastião, destacando a ocorrência de algumas peças produzidas em moldes de duas bandas, em meio a uma maioria modelada a mão, o que também foi registrado na Rodovia Carvalho Pinto.

Para CALDARELLI (2002), embora cachimbos possam ter sido, ocasionalmente, produto de fabricação local, deveriam ser produzidos por pequenos fabricantes, que os comercializavam para o mercado regional. Essa hipótese é reforçada pela menção que BRANCANTE (1981) faz da existência de uma pequena fábrica de cachimbos de barro em São Sebastião, bairro de São Francisco, que remonta ao período imperial, e que se encontrava ainda em atividade quando da publicação de sua obra. Essa referência pode ser de grande importância para a arqueologia do Vale do Paraíba, principalmente quando se lembra que a antiga estrada para São Sebastião cortava o sítio Jacaré 1, onde foi encontrado o maior número de fragmentos de cachimbos de barro da Rodovia Carvalho Pinto.

A presença de cachimbos no Vale é atestada desde o século XVIII. HOLANDA (1964) cita Dom Antônio Rolim de Moura, que, ao atravessar a região, no século XVIII, comenta sobre os moradores de Mogi que, “assistindo quase sempre na roça, vai-lhes o tempo em cachimbar e embalar-se na rede, em camisas e ceroulas, sua vestimenta ordinária, fiados só nos carijós que lhes dão o sustento”.

Os sítios arqueológicos resgatados na Rodovia Carvalho Pinto testemunham, portanto, dois séculos de história regional, uma vez que representam ocupações que se estenderam de meados do século XVIII a meados do século XX. Marginalizados do centro dos acontecimentos que, ou ocorriam longe dali, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, ou giravam em torno das grandes propriedades cafeeiras, seus moradores sobreviveram da pequena lavoura e da reduzida criação doméstica (atestada por restos alimentares coletados no sítio Jacaré 2), suplementada pelo fornecimento de víveres aos

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-25</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

viajantes que percorreram a região nos séculos XVIII e XIX. Só com a decadência da monocultura cafeeira, viria uma ocupação de pequenos proprietários remediados.

Pesquisas arqueológicas recentes em Caçapava permitiram a identificação de um sítio arqueológico histórico, com características provavelmente semelhantes às ocorrências históricas já registradas no Vale do Paraíba. O sítio Caçapava 5 pode ser caracterizado como um sítio arqueológico histórico a céu aberto, com remanescentes culturais dispersos em superfície e em profundidade, ocupando a média e a baixa vertente de uma colina. Os vestígios culturais observados em superfície e nos perfis de valas indicaram tratar-se de uma unidade habitacional rural, provavelmente do final do século XIX (SCIENTIA, 2002).

A seguir, é apresentada a relação dos sítios arqueológicos do período histórico registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, nas regiões valeparaibana e serrana da área de estudo.

**Quadro 4: Sítios arqueológicos históricos registrados no CNSA/IPHAN**

Sítio/município	Categoria	Tipo de material	Água mais próxima / rio	Coordenadas UTM	Pesquisador
Caçapava II (Caçapava)	Sítio histórico	Cerâmica histórica e louça	Rib. Dois Córregos / Rio Paraíba do Sul	23K 425221 / 7435931	Caldarelli (1994)
Caçapava III (Caçapava)	Sítio histórico	Cerâmica histórica e louça. Vestígios de edificações	Rib. Olho d' Água / Rio Paraíba do Sul	23K 426541 / 7436837	Caldarelli (1994)
Caçapava IV (Caçapava)	Sítio histórico	Cerâmica histórica	Ribeirão da Divisa / Rio Paraíba do Sul	23K 424369 / 7435375	Caldarelli (1994)
Caçapava V (Caçapava)	Sítio histórico	Cerâmica e louça	Cabeceira sem nome / Ribeirão Manoel Lito	23K 428319 / 7437882	Scientia (2002)
Jacareí I (Jacareí)	Sítio histórico	Cerâmica histórica e louça	Córrego Bairrinho / Rio Paraíba do Sul	23K 395550 / 7418000	Caldarelli (1994)
Jacareí II (Jacareí)	Sítio histórico	Cerâmica histórica e louça	Córrego Jardim / Rio Paraíba do Sul	23K 407999 / 7421456	Caldarelli (1994)
Taubaté I (Taubaté)	Sítio histórico	Estruturas de combustão, cerâmica histórica e louça	afl. cór.Poçoroca / Rio Paraíba do Sul	23K 437553 / 7446215	Caldarelli (1994)

Fonte: IPHAN (consulta abril, 2006).

## 2.2.4 Bens edificados tombados e remanescentes arquitetônicos de interesse cultural

### a. Caraguatatuba

A cidade não possui bens tombados. A Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba – FUNDACC – da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, atualmente, desenvolve esforço no sentido de recuperação da memória e do patrimônio locais e identificou vários bens edificados de interesse cultural, apresentados no **Quadro 4**.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-26	ABRIL / 2006

#### Quadro 4 - Bens edificados de relevância cultural em Caraguatatuba

Edificação	Localização
Obelisco - Chafariz	Praça Dr. Cândido Mota - Centro
Obelisco – Relógio Solar	Praça Dr. Cândido Mota - Centro
Edifício do atual Pólo Cultural Adaly Coelho Passos	Rua Altino Arantes, 72 - Centro
Igreja Matriz de Santo Antonio de Caraguatatuba (Foto 1)	Praça Dr. Cândido Mota - Centro
Casa de Saúde Stella Maris	Avaliação. Miguel Varlez, 980 - Caputera
Fazenda Serramar (Fazenda dos Ingleses) (Foto 2)	Estrada Rio-Santos – Porto Novo
Antigo porto da Fazenda dos Ingleses: <u>em estudo de tombamento</u>	Estrada Rio-Santos – Porto Novo

Fonte: Cadastro de Bens Edificados do Museu Histórico e FUNDACC, Secretaria de Educação e Cultura de Caraguatatuba, janeiro de 2006.

#### b. Paraibuna

Em meados do século XVII, famílias procedentes de Taubaté e São Paulo fixaram-se na confluência do rio Paraitinga com o rio Paraibuna e iniciou-se a concessão de sesmarias na região. Em pouco tempo, o povoado de Santo Antonio da Barra do Paraibuna estava formado, e lá paravam os viajantes e as tropas em trânsito entre litoral norte, Vale do Paraíba e planalto de Piratininga.

Atualmente, existem vários edifícios das antigas fazendas, alguns em ruínas (Fazendas do Porto e da Fartura) e outros, restaurados, além de sedes de empreendimentos vinculados ao turismo, como as Fazendas da Grama, Bom Retiro, Santa Rita, Boa Esperança e São Pedro (VALEMAR GUIA, 2004).

O único bem tombado no município e os bens arquitetônicos de interesse cultural estão relacionados nos **Quadros 5 e 6** a seguir, e ilustrados nas **Fotos 4 a 6**.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-27	ABRIL / 2006

### Quadro 5 - Bem tombado em Paraibuna

Bem tombado	Localização	Observações
Sede da Fazenda Conceição	Bairro do Porto, Estrada para Roseira (Estrada Paraibuna - Salesópolis, altura do km 11)	Tombamento em âmbito federal e, ex-officio, estadual. O bem edificado já não existe, de acordo com a informação da Secretaria da Cultura de Paraibuna.

### Quadro 6 - Bens edificados de relevância cultural – município de Paraibuna<sup>4</sup>

Edificação	Localização
Capela de N.S. dos Remédios	Centro
Igreja Matriz	Centro
Casarões coloniais na Praça da Matriz (num deles, funciona a Fundação Cultural do Município)	Praça da Matriz
Mercado Municipal	Centro
Bica d'água	Centro
Antigas sedes de fazendas cafeicultoras	Zona rural, principalmente no Vale da Fartura.

#### c. Jambeiro

No caminho entre Paraibuna e Caçapava, em território desse último, no bairro de Capivari, localizava-se tradicional pousado de tropas; ao redor dele, formou-se povoado, em 1872, elevado à categoria de freguesia do antigo bairro do Capivari, pertencente ao município de Caçapava.

Até a década de 1920, o desenvolvimento econômico do município esteve atrelado à cultura do café, assim como nos demais municípios do Vale do Paraíba. Com a crise da cafeicultura, a pecuária de leite transformou-se na principal atividade econômica local.

Não há bens tombados no município<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> De acordo com William de Oliveira, presidente da Fundação Cultural do Município. Contato realizado em janeiro de 2006.

<sup>5</sup> Informação do Sr. Rogério Ribeiro de Paula, Assessor de Comunicação da Prefeitura Municipal, em janeiro de 2006.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-28	ABRIL / 2006

#### d. São José dos Campos

O território joseense atual, de forma aproximada, foi concedido em Sesmaria à Companhia de Jesus, por volta de 1590, ocupado por uma fazenda de pecuária e centro de missão de catequese, a qual se tornou oficial em 1611. Os conflitos entre os religiosos e os fazendeiros pela utilização do trabalho compulsório indígena provocaram a expulsão dos padres e a extinção da missão. Posteriormente, os jesuítas reinstalaram-se em nova Sesmaria, distante cerca de 15km a nordeste da aldeia velha, onde hoje se encontra o Centro da cidade.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, a Coroa portuguesa autorizou a criação de freguesias e vilas nas áreas até então por eles ocupadas. Foi o caso, em 1767, da vila de São José do Paraíba, que incluiu gente oriunda de Jacareí. Esse novo núcleo foi estabelecido num terceiro sítio, de acordo com PETRONE (1995). Fora da Estrada Real, a vila ganharia maior projeção econômica no século XIX, com alguma produção de algodão e de café e, especialmente, após o advento da Estrada de Ferro do Norte, em 1877. Em 1871, recebeu o nome de São José dos Campos.

A partir de 1935, a cidade exerceu função sanatorial importante: tratamento de tuberculose pulmonar; dez anos mais tarde, passou a Estância Hidromineral, ao mesmo tempo em que acentuava a tendência à industrialização e transformava-se em pólo tecnológico importante (www.citybrazil, 2004).

A seguir (**Quadro 7**), a relação dos bens arquitetônicos tombados e sua localização.<sup>6</sup> As **Fotos 7 a 12** ilustram alguns prédios importantes.

**Quadro 6 - Bens tombados em São José dos Campos**

Bem tombado	Localização	Observações
Igreja de São Benedito	Praça Afonso Pena, 267	Bem cultural preservado nos âmbitos estadual e municipal.
Sanatório Vicentina Aranha	Rua Engenheiro Prudente Meirelles de Moraes,. 302, Vila Advana	Bem cultural preservado nos âmbitos estadual e municipal.
Estação Ferroviária do Limoeiro	Rua Carlos Marcondes	Bem cultural preservado no âmbito municipal.

<sup>6</sup> De acordo com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos (COMPHAC). *In*: www.sjc.sp.gov.br/fccr/COMPHAC, 2005.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-29	ABRIL / 2006

<b>Bem tombado</b>	<b>Localização</b>	<b>Observações</b>
Estação Ferroviária Martins Guimarães	Estrada Municipal Martins Guimarães	Bem cultural preservado no âmbito municipal.
Estação Ferroviária de Eugênio de Melo	Distrito Eugênio de Melo	Bem cultural preservado no âmbito municipal.
Estação Ferroviária Central	Rua Sebastião Gualberto, 203, Campos de Santana	Bem cultural preservado no âmbito municipal.
"Theatro São José"	Rua XV de Novembro, 99, esquina com a Rua Sebastião Húmel	Bem cultural preservado no âmbito municipal. O prédio abrigou várias instituições: Prefeitura Municipal (1941), a Câmara Municipal (1948-1967) e, por fim, a Biblioteca Pública Cassiano Ricardo.
Estação de Força e Luz	Rua Sete de Setembro, 77 - Distrito de Eugênio de Melo	Bem cultural preservado no âmbito municipal.
Mercado Municipal	Entre as Ruas Siqueira Campos, Sete de Setembro, Sebastião Húmel e Travessa Chico Luiz	Bem cultural preservado no âmbito municipal.
Paço Municipal/ Câmara Municipal	Praça Afonso Pena, 29	Bem cultural preservado no âmbito municipal. Paço Municipal. Outros usos: Escola Normal, Instituto de Educação e Câmara Municipal.
Fórum	Rua Nelson D'Ávila, 1349, Centro.	Bem cultural preservado no âmbito municipal. Prédio usado como Fórum, depois, sede da Coletoria Estadual e do Posto Fiscal do Estado.
Sanatório Vila Samaritana	Rua Paraibuna, 75	Bem cultural preservado no âmbito municipal. Atualmente é utilizado pela Universidade do Vale do Paraíba.
Cinema Paratodos	Rua Coronel José Monteiro, 168 – Centro	Bem cultural preservado no âmbito municipal.
Complexo formado pela antiga Tecelagem Parahyba (fábrica de tecidos e fiação de lã) e Fazenda Santana do Rio Abaixo	Rua Sebastião Gualberto, Campos de Santana, próximo à estação da E.F. Central do Brasil	Bem cultural preservado nos âmbitos estadual e municipal. Abrigou sede do Centro Operário João Pessoa, associação operária dos anos 1930; a partir de 1938, passou a manter escola de alfabetização. Uso atual: parte do complexo é composto pelo Parque da Cidade Roberto Burle Marx.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-30</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Bem tombado	Localização	Observações
Capela Nossa Senhora Aparecida	Travessa Chico Luiz, 67 – Centro	Bem cultural preservado no âmbito municipal.
Capela de São Miguel	Largo São Miguel, nº 66. Centro	Bem cultural preservado no âmbito municipal
Capela Santa Cruz	Rua José Leite da Silva, 60 Distrito de Eugênio de Melo	Bem cultural preservado no âmbito municipal.
Cine Santana	Av. Rui Barbosa 2.005 – Bairro de Santana	Bem cultural preservado no âmbito municipal. Uso atual: Casa de Cultura.
Residência de Genésia B. Tarantino	Praça Padre João 22 – Centro	Bem cultural preservado no âmbito municipal. Uso atual: comercial.
Residência Mário Alfredo Weiss	Av. Dr. Nelson S. d'Ávila, 363 – Centro	Bem cultural preservado no âmbito municipal. Uso atual: comercial.
Residência João Batista de Souza Soares	Rua Sebastião Humel, 439 – Centro	Bem cultural preservado no âmbito municipal. Uso atual: comercial.
Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada	Rua Maj. Antônio Domingues, 190 – Centro	Bem cultural preservado no âmbito municipal. Uso atual: Serviços de Saúde e Assistência Social.
Capela Nossa Senhora da Saúde, Cruzeiro e Jardim	Av. Heitor Villa Lobos, 1.961 – Vila Betânia	Bem cultural preservado no âmbito municipal. Sede atual do Hospital Materno-Infantil Antoninho da Rocha Marmo.

### e. Caçapava

O município de Caçapava originou-se do adensamento de dois núcleos populacionais. O primeiro, “Caçapava Velha”, foi fundado em 1705. Um segundo núcleo formou-se por volta de 1845, em torno da capela de São João Batista, próximo ao rio Paraíba, e transformou-se na sede da freguesia e do distrito de Caçapava, importante centro cafeeiro do Vale do Paraíba paulista (IBGE, 1957; BRUNO, 1967).

Apesar de existirem inúmeros bens edificados remanescentes de períodos mais antigos, a cidade só possui bens tombados pelo CONDEPHAAT.

A seguir, a relação dos bens arquitetônicos tombados e sua localização<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Informações prestadas pelo Coordenador da Secretaria Municipal de Cultura, em janeiro de 2006.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-31	ABRIL / 2006

### Quadro 8 - Bens tombados em Caçapava

Bem tombado	Localização	Observações
Coleção particular de veículos e acessórios que constituiu o Museu do Automóvel	Fazenda Esperança	Tombamento em âmbito estadual. O Museu encontra-se fechado.
Escola Estadual Ruy Barbosa	Praça Dr. Pedro de Toledo, 136 - Centro	Tombamento em âmbito estadual.

#### f. Taubaté

Datam de 1626 as primeiras concessões de Sesmarias ao bandeirante Jaques Félix e a seus filhos, predadores de índios e grandes proprietários de terras. Um povoado, composto por índios aculturados e colonos, foi fundado por volta de 1640, passando à condição de vila cinco anos mais tarde, com o nome de São Francisco das Chagas de Taubaté, e ocupou território onde antes se estabelecia importante aldeia dos índios Guaianá ou Guaianazes. A presença de diversas ordens religiosas católicas fez-se sentir fortemente, desde o início da povoação.

A vila de Taubaté destacou-se como centro irradiador de bandeiras e desempenhou função abastecedora de gêneros tanto da região mineradora quanto das inúmeras tropas que transitavam entre o litoral e as serras. Elevada à condição de cidade em 1842, Taubaté recebeu, posteriormente, estação ferroviária importante e, já no final dos Oitocentos, constituiu núcleo pioneiro da industrialização na região vale-paraibana.

São testemunhos dessa longa história do município de Taubaté os bens tombados em âmbitos federal, estadual e municipal, relacionados a seguir e ilustrados nas **Fotos 13 a 15**.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-32	ABRIL / 2006

### Quadro 9 - Bens tombados em Taubaté<sup>8</sup>

Bem tombado	Localização	Observações
Casa Oliveira Costa	Av. Visconde do Rio Branco, 516	Tombamento em âmbito estadual
Chácara do Visconde	Av. Campinas, antiga Av. Monteiro Lobato; Bairro Chácara do Visconde	Tombamento em âmbito federal e, ex-offício, estadual
Capela de N. S. do Pilar	Rua Bispo Rodovalho, antigo Largo do Pilar - Centro	Tombamento em âmbito federal e, ex-offício, estadual
Convento de Santa Clara	Praça Padre Anchieta - Centro	Tombamento em âmbito estadual
Sede da Fazenda Pasto Grande	Bairro das Sete Voltas, Zona rural	Tombamento em âmbito estadual
Imóvel	Rua Visconde do Rio Branco, 462 - Centro	Tombamento em âmbito municipal
Imóvel	Rua Dr. Pedro Costa, 180 - Centro	Idem
Imóvel	Rua Emílio Winther, 374 - Centro	Idem
Capela dos Viscondes de Mossoró e Tremembé ou Capela dos Montoeiros	Cemitério da Venerável Ordem Terceira	Idem
Edifícios e capela que compõem o antigo Colégio N.S. do Bom Conselho	Não especificado	Idem. Imóveis de propriedade do município
Palacete da Viscondessa de Tremembé	Rua XV de Novembro, 996 - Centro	Tombamento em âmbito municipal
Cine Metrôpole	Rua Duque de Caxias, 312 - Centro	Idem
Edifício Félix Guisard	Praça Félix Guisard, Centro	Idem
Chaminé e galpões contíguos	Av. Nove de Julho, esq. Rua Quatro de Março - Centro	Idem
Imóveis	Rua Visconde do Rio Branco nº 159 a 179 - Centro	Idem

<sup>8</sup> De acordo com KAMIDE, 1998, atualizado até 2005; ABREU, 1985; Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico do Município de Taubaté, 1998; Relação de bens tombados pelo Município de Taubaté, fornecido pela Prefeitura Municipal em janeiro de 2006.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-33	ABRIL / 2006

Bem tombado	Localização	Observações
Palácio Episcopal, Secretaria do Bispado e Igreja N. S. do Rosário	Praça Barão do Rio Branco - Centro	Idem
Fachada fronteira à Rua Visconde do Rio Branco, do conjunto integrado pelos imóveis localizados naquela mesma rua, nºs 159,162,163,165,167,175 e 179 - Centro	Rua Visconde do Rio Branco	Idem
Bacia do Rio Uma	Margem direita do rio Paraíba, do qual é afluente	Idem
Casarão dos Indiani	Av. Líbero Indiani, 326 – Distrito de Quiririm	Idem
Residência Félix Guisard Filho	Av. Tiradentes, esquina com Rua Benjamin Constant	Idem
Santuário e Praça Santa Terezinha	Praça Santa Terezinha - Centro	Idem
Sede Social do Taubaté Country Club	Centro	Idem
Capela de fazenda	Estrada dos Remédios, próxima do acesso ao bairro do Mangalo, entre Sete Voltas e Caieiras	Idem
Conjunto histórico, artístico e paisagístico do núcleo urbano de Quiririm	Não especificado	Idem
Fachada frontal do imóvel	Rua Visconde do Rio Branco, 232 - Centro	Idem
Área limitada pelo divisor de águas das bacias dos rios Urupês e Itaim	Limite do Loteamento do Parque Três Marias, englobando o rio Itaim, a Estrada Municipal Dr. José Lui Cembranelli e toda a paisagem de fundo, incluindo as colinas e contrafortes da Serra Quebra-Cangalha, o Morro do Fiador, o Morro de São Judas Tadeu e as manchas de Mata Atlântica existentes.	Idem
Mata do Bugio	Altura do Km 8,7 da Estrada Municipal do Barreiro, a partir da Rodovia Presidente Dutra, Bairro do Barreiro	Idem
Imagem do Cristo Redentor	Loteamento Cristo Redentor, Alto de São Pedro	Idem
Imóvel	Rua Visconde do Rio Branco, 497 - Centro	Idem

### 2.3 POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DA AII

Na Área de Influência Indireta do Gasoduto Caraguatatuba–Taubaté existem evidências arqueológicas da presença de grupos caçadores-coletores, grupos pescadores-coletores e de grupos horticultores, identificados com várias tradições culturais conhecidas pela arqueologia

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-34	ABRIL / 2006

pré-colonial. Trata-se, portanto, de área com imenso potencial arqueológico, na qual os vestígios arqueológicos subsistem, apesar das sucessivas ocupações humanas, intensificadas a partir de inícios do século XX.

O contexto etno-histórico e a bibliografia consultada já referida, ao documentarem a atual região em estudo, historicamente, como território indígena de grupos **Tupi, Guarani e Jê**, entre outros, permitem inferir, para ela, um alto potencial arqueológico no que se refere a possíveis vestígios de aldeias, de acampamentos e objetos de cultura material relacionados àqueles povos e testemunhos de suas ocupações, além de importante local de trânsito de populações indígenas entre a costa e o planalto. A esse respeito, existem informações históricas conhecidas.

As condições em que se processaram a conquista do território indígena e a implantação de novos cenários — processo cujas linhas gerais foram delineadas no contexto etno-histórico — não deixam dúvidas quanto à precariedade das edificações iniciais, muitas delas de caráter temporário, que ocuparam a paisagem simultânea ou sucessivamente, o que torna difícil a localização de eventuais vestígios arqueológicos. Esses, no entanto, existem, o que se comprova pelos inúmeros sítios arqueológicos históricos identificados sempre que se procederam a pesquisas sistemáticas na região.

Como se infere do contexto etno-histórico apresentado e atestam as evidências arqueológicas históricas conhecidas, pode-se estimar alto potencial arqueológico no tocante a possíveis vestígios de acampamentos (o que incluiria quilombos), pousos, casas rurais, objetos de cultura material, de antigos caminhos.

Os bens edificados remanescentes são outros indicadores de um potencial patrimônio a ser recuperado e que pode incluir: remanescentes de acampamentos, ranchos, casas rurais populares, vestígios de antigas fazendas, engenhos e construções associadas, como capelas, terreiros, senzalas e outros; e ainda remanescentes de objetos de cultura material.

Esses indicadores permitem afirmar alto potencial arqueológico para as Áreas de Influência do empreendimento.

### **3. DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL DA AID**

Para o diagnóstico arqueológico da AID, os dados levantados em campo e as análises realizadas em gabinete foram sistematizados conforme os seguintes itens de avaliação:

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-35</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Informações orais: refere-se à realização de entrevistas com moradores das Áreas de Influência do empreendimento, com vistas à obtenção de informações que possam indicar a presença de vestígios histórico-arqueológicos de interesse no interior da AID. Também permite a complementação de dados para o contexto da AII, avaliando o potencial da área como um todo. O levantamento de informações orais foi realizado de forma oportunística, em concomitância com o levantamento extensivo, procurando localizar os moradores mais antigos ou residentes locais ao longo dos principais acessos existentes na área do empreendimento.

Variáveis ambientais preditivas e controles geoarqueológicos: constitui a análise de dados ambientais considerados favoráveis à ocupação ou deslocamento humano no passado (KASHIMOTTO, 1997), levando-se em conta o suporte geoecológico para a captação de recursos e matérias-primas, assentamento e subsistência de populações, características topomorfológicas favoráveis, etc. Refere-se, ainda, à determinação de controles naturais na AID, capazes de prever condicionantes de preservação ou destruição, controles de ocorrência, distribuição espacial e informação cronoestratigráfica, aspectos geomórficos atuantes sobre a formação e transformação do registro arqueológico regional, etc.

Levantamento extensivo: refere-se à etapa de prospecção superficial assistemática e de reconhecimento arqueológico preliminar da área. Permite a detecção rápida de possíveis elementos de interesse histórico-arqueológico e a obtenção de informações gerais de campo, sob o enfoque de avaliação e prognóstico de impactos. O levantamento extensivo cobriu prioritariamente as áreas com melhores condições de acesso à AID, nas proximidades dos Km 96, 90,83, 79, 76, 73,67, 65, 63, 58, 53, 44, 37, 36, 31, 27, 21, 5, 4, 3, 1 e 0.

A seguir, serão resumidas as principais informações obtidas em cada um dos itens mencionados.

### **3.1 INFORMAÇÕES ORAIS**

Para a sistematização dos dados sobre as informações orais, fizeram-se resumos das entrevistas de campo. Ao todo, foram realizadas nove entrevistas, sete das quais registradas com o uso de gravador, e duas entrevistas escritas, com informações anotadas sinteticamente em caderneta, apresentadas a seguir.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-36</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

### 3.1.1 Entrevista gravada: Sr. Paulo Jair (Paulinho) - Caçapava

Morador da cidade de Caçapava Velha há mais de 20 anos, reúne fotografias da região do Vale do Paraíba e de antigos moradores de Caçapava Velha, e faz um trabalho de resgate da história da região (**Foto 16**). Segundo ele, a Estrada do Barreiro é uma rota antiga, que os bandeirantes usaram e que, depois, integrou o caminho entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Ela saía de São Paulo de Piratininga, passava por Santana de Mogi das Cruzes, por um lugar chamado São José do Paraíba, que hoje é São José dos Campos, Fazenda Velha (que atual Caçapava), por Caçapava Velha e Barreiro, entrava em Taubaté pela atual Vila Independência. Então ia para o fundo do Vale, Bananal, Guaratinguetá, até o Rio de Janeiro. Já existia também a trilha que levava o café para embarcar em Caraguatatuba. Conforme seus conhecimentos, Manoel Rodrigues Velho foi o primeiro padre da Igreja Nossa Senhora da Ajuda, no centro de Caçapava Velha. Padre Manoel era filho do Capitão Jorge Dias Velho, que fundou a capela em 1705 (**Foto 17**). Já a Capela São Benedito, no final da Rua São Benedito (**Foto 18**), seria do tempo dos escravos.

As fotos reunidas por Paulinho mostram uma Caçapava diferente da atual. O Bradesco de Caçapava era o antigo Cine Teatro Vitória, que depois mudou de lugar e virou Cine Vitória, onde hoje é a Câmara Municipal de Caçapava. O segundo mercado municipal de Caçapava é o atual prédio das Lojas Cem. A Associação Atlética Caçapavense não existe mais (pelo menos o campo). A Igreja São Benedito foi demolida e, posteriormente, construída a Praça da Bandeira no mesmo local.

### 3.1.2 Entrevista gravada: Sr. Nelson Keber - Taubaté

O senhor Nelson (**Foto 19**) é o atual proprietário da Fazenda Barreiro, que está localizada na Estrada Municipal do Barreiro, 9.475, no bairro do Barreiro, Taubaté – SP. Segundo ele, a fazenda era uma propriedade com mais de 2.000 alqueires, cujos antigos proprietários, tais como o Chiquinho de Matos, o coronel de Matos, deixaram seus nomes em diversas ruas de Taubaté. A fazenda atravessou o período da escravidão e, depois, a abolição. Diversas construções, incluindo os muros de pedra vistos em frente à propriedade (**Foto 20**), foram os escravos que fizeram. Depois, na virada do século, quando ocorreu a libertação dos escravos, os imigrantes vieram para região. As casinhas que estão construídas ao lado da sede foram, inicialmente, a senzala; posteriormente, foram modificadas para receber os imigrantes.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ
	ANEXO D-37	ABRIL / 2006

Depois, estes perceberam a incompatibilidade de casas muito próximas umas das outras; então, construíram diversas casinhas distribuídas pela propriedade, e derrubaram aquela parte.

Quando o Sr. Nelson comprou a propriedade, refez a área da antiga. Para “reconstruir” esta parte, fez um levantamento no Museu Histórico de Taubaté sobre a fazenda e encontrou uma pintura do século retrasado, que serviu de modelo (**Foto 21**). Quando o atual proprietário chegou, não existia mais a tulha, que foi derrubada. Existia a casa, que é a casa-grande, e a casa de caseiro, em frente e ao lado esquerdo. A tulha é um depósito onde se guardava café à época. A reforma da fazenda durou dez anos. Sua idéia inicial era transformá-la em um hotel (implantou 18 apartamentos), mas desistiu e manteve a casa como era antigamente. Segundo seus levantamentos, na fazenda ocorreram todas as atividades econômicas ligadas ao desenvolvimento do Vale do Paraíba — primeiro, a cana-de-açúcar; depois, café; por fim, gado.

Quando questionado sobre vasilhas de barro, disse que eles (os escravos) não as confeccionavam, porque existiam plantas, cuias (mostrou a planta a qual se referia), que os escravos utilizavam para guardar água e comida. Quando você retira, seca e as corta, elas viram cuias. O Sr. Nelson ouviu dizer que os escravos faziam alguns serviços artesanais com o barro verde que tem aqui, mas nunca viu nenhuma peça porque, quando cavou o terreno ao lado da casa para fazer a piscina, o local já estava muito mexido, pois tinham montado uma olaria no local, então já tinham perfurado todo o entorno.

Apesar de saber da existência de escravos na fazenda, nunca encontrou nenhum instrumento da época. Também não ouviu falar sobre ocupação ou cemitério indígena na localidade, nem por parte de moradores vizinhos e da região, pois se tivessem encontrado algo, tentariam vender para ele. Ele acha que a estrada da fazenda não era nenhum caminho histórico. Para chegar ao litoral, tomava-se a antiga estrada de Ubatuba, porque a estrada que passa na frente da fazenda só chegava até Caçapava Velha.

A igreja localizada a alguns metros da fazenda foi construída pela família dos Matos em 1896 (**Foto 22**), provavelmente destinada aos imigrantes. Sobre a possível existência de “valas demarcatórias” na região, respondeu que provavelmente estariam ligadas à escravidão, mas, por causa da dimensão da propriedade, essas divisas estariam distantes da sede, mas que não tinha conhecimento delas. A área da senzala não possui mais nenhum local que possa estar intacto, do ponto de vista de solo, pois serviu por muitos anos de estábulo para animais de

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-38	ABRIL / 2006

grande porte. Mas, possivelmente em frente aos apartamentos, ainda exista algum solo conservado.

### **3.1.3 Entrevista gravada: Sr. João Vicente da Silva (Pernambuco), 75 anos - Caraguatatuba**

Chegou do Rio de Janeiro em 1968. Trabalhou na construção da estrada, depois ficou na Fazenda dos Ingleses para limpar o terreno, após o desastre de 1967 na região. Quando se aposentou, continuou na fazenda e abriu uma venda em uma das antigas casas de trabalhadores (**Foto 23**).

Em 1972, os atuais proprietários da fazenda, que hoje se chama Serra Mar, compraram o terreno dos ingleses. Segundo Pernambuco, a fazenda ficou abandonada por uns oito anos. Ainda existem construções da época dos ingleses (**Foto 24**), como a vendinha de Pernambuco, e outras antigas moradias dos trabalhadores. A sede está em ruínas, chamada pelos moradores de “castelinho”. Pernambuco disse haver ainda um antigo trilho de trem na fazenda, de uma locomotiva que levava banana para o Porto Novo. Quando realizou a limpeza do terreno, nunca viu sambaquis nem moringas de cerâmica ou “pedra de raio” na fazenda, embora já tenha visto cascas de moluscos, naturais de alguns terrenos.

### **3.1.4 Entrevista gravada: Sr. Manuel Pimenta, 71 anos - Caraguatatuba**

Ex-trabalhador da empresa Fomento Mercantil. Segundo o entrevistado a Fazenda dos Ingleses exportava banana e laranja para Inglaterra. A parte da fazenda onde se produziam as frutas chamava-se Anglo, e a parte marítima, que fazia o transporte do produto, chamava-se Fomento Mercantil (**Foto 25**). O porto foi construído pelos ingleses em 1934, no bairro Juqueriquerê, hoje chamado Porto Novo (**Foto 26**). As embarcações levavam banana e traziam adubo e mantimentos (arroz, feijão). As casas eram feitas de taipa, mas hoje não existem mais. Após o desastre, moradores da região, a companhia e seus trabalhadores foram indenizados pelo governo, e a companhia foi embora. O Sr. Pimenta não tem nenhum conhecimento sobre indígenas na região.

### **3.1.5 Entrevista gravada: Sr. Célio - Paraibuna**

Historiador, morador de Paraibuna (**Foto 27**), afirmou que, no bairro do Bragança, em Paraibuna, já foram encontradas peças líticas (machadinhas) e, também, no bairro do Itapeva. Ali, os trabalhadores, arando a terra, encontraram algumas machadinhas; ele diz possuir duas

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-39</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

delas. Outros fragmentos de cerâmica foram encontrados no Ribeirão Claro. Na Fazenda do Rio Claro, onde o Ribeirão Claro deságua no rio Paraibuna, passa a rede de alta tensão. Alguns funcionários encontraram urnas nos pés das torres, que foram destruídas, segundo Célio, “para passar o tempo”. Nessa fazenda, está localizado um antigo cemitério de escravos. A sede antiga já foi demolida, mas o cemitério dos escravos permanece no local. O Sr. Célio registrou o local com fotos, e possui o acervo de óbitos desse cemitério. Além de material arqueológico, a Fazenda Rio Claro tem importância histórica para Paraibuna. O entrevistado possui documentos históricos que comprovariam que foi nesta fazenda que se iniciou a produção de café no Estado de São Paulo. Isso pode ter acontecido ainda no final do século XVIII, quando Guarda-Mor José de Castilho e o Padre Valério Alvarenga vieram de Taubaté, começando a plantar café em Paraibuna.

O historiador disse também que existe um lugar da época do tropeirismo, o bairro do Comércio, bairro da Varginha, que era a estrada antiga para Caraguatatuba, e não a Estrada dos Tamoios. Já a Fazenda do Porto (Bairro da Fatura) é da virada do século XIX para o XX. Atualmente está em estado de deterioração e pode ser observada a partir da Estrada Paraibuna-Salesópolis (**Foto 28**).

No pinhal do lajeado, está a “Toca do Bugre”, onde parece ter havido ocupação indígena. Uma equipe do MUPA, Museu de Antropologia, foi realizar um levantamento nesta área e publicaram um livro. O Sr. Célio possui essa publicação.

### **3.1.6 Entrevista gravada: Sr. Francisco Eduardo Pinto Neves - Paraibuna**

Proprietário da Fazenda Boa Esperança, mora nela desde que nasceu (**Foto 29**). Sua família está na fazenda desde 1845, quando seu bisavô a construiu. A fazenda, ao contrário das da maioria da região, não produzia café. Ela abastecia a Fazenda dos Ingleses, de Caraguatatuba. Produziam milho, feijão, carne de porco, e transportavam em lombo de burro, por tropeiros. Quando seu bisavô chegou à fazenda, não era rico, não tinha escravos, então contratou trabalhadores assalariados. Porém sabe que na Estrada da PETROBRAS tem o quilombo das mortes. Possui muitas peças de interesse para a criação de um pequeno museu na propriedade (**Foto 30**). Quando perguntado sobre indígenas, disse que “aqui é difícil achar”, e não tem conhecimento.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-40</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

### **3.1.7 Entrevista gravada: Sr. Antônio Reis - Paraibuna**

Morador e trabalhador de uma fazenda em frente à Fazenda Maria Aparecida, no bairro da Fartura, na Estrada Paraibuna–Salesópolis. O nome Fazenda do Porto (**Foto 28**) é antigo: vem do tempo dos escravos. O Sr. Antônio afirmou ter achado, certa vez, uma machadinha na região da fazenda, e conhecer um lugar chamado Toca do Bugre, sobre o qual ouviu dizer ter havido ocupação indígena.

### **3.1.8 Entrevista escrita: Sr. Vicente Pereira Santos, 53 anos - Paraibuna**

Trabalhador da Fazenda Maria Aparecida, afirmou ter visto pela região (a cerca de 15km) “buracos redondos com cerâmica dentro”, possivelmente moradias indígenas.

### **3.1.9 Entrevista escrita: Sr. Abílio Alves dos Santos - Paraibuna**

Morador de residência localizada na Estrada Rolim Alfredo de Moura, Km 126, a 100m do ponto 20 do Gasoduto. O entrevistado afirmou ter visto, na área onde mora, “pedra de corisco” ou “pedra de índio”, além de possíveis fragmentos cerâmicos (na mesma área onde foi encontrado um fragmento cerâmico em meio a plantação de milho, descrito na subseção 3.3 deste Anexo D, **Levantamento Extensivo**).

## **3.2 VARIÁVEIS AMBIENTAIS REGIONAIS (CONTROLES GEOARQUEOLÓGICOS)**

A suposição da grande influência do meio natural para o assentamento e atividades de populações pré-históricas e históricas apóia-se em dados empíricos etnográficos, arqueológicos e estudos teóricos (KIPNIS, 1996). O clima, a geologia, a geomorfologia, o suporte biótico em termos faunísticos e florísticos e as características atuais e subatuais de cobertura e uso do solo fornecem os elementos essenciais a essa avaliação.

O estudo dos elementos naturais em análise arqueológica constitui importante ferramenta preditiva para o diagnóstico de áreas quanto ao potencial de ocorrência de sítios e para a pesquisa sobre a influência dos aspectos ambientais nos padrões de ocupação e atividades de grupos humanos pretéritos. Por sua vez, a abordagem contextual ou geoarqueológica, através da avaliação do entorno físico dos jazimentos arqueológicos, procura estabelecer parâmetros para a interpretação dos processos de formação, preservação ou destruição de sítios arqueológicos, considerando, ainda, as possíveis transformações climáticas e paleogeográficas ocorridas no passado.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-41</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Com relação à região de estudo, a análise do contexto ambiental e geoarqueológico se dará, predominantemente, a partir dos aspectos geológicos e geomorfológicos da área em foco. Desses aspectos, foram selecionados aqueles elementos que apresentam maior capacidade de inter-relação com estudos arqueológicos, objetivando avaliar as áreas percorridas pelo empreendimento, com base em suas potencialidades locais preditivas em termos de ocupação, atividade e deslocamento humano.

Quanto aos aspectos geológicos, a complexidade de geologia na região oriental da plataforma sul-americana reflete-se nas Áreas de Influência do empreendimento, notadamente pelos aspectos litológicos e estruturais. Do ponto de vista arqueológico, essa grande variedade de condicionantes físicos traduz-se na variabilidade de recursos minerais (água, argilas, solos rochas, etc.), nos diferentes compartimentos hidrográficos, geomorfológicos e paisagísticos, e em determinados condicionantes climáticos e microclimáticos próprios desta região. Por sua vez, esses elementos determinam aspectos da cobertura vegetal primária (ou são condicionados por estes), fornecendo subsídios para a avaliação do potencial de exploração de recursos bióticos (fauna e flora) à disposição de grupos humanos no passado. Na atualidade, é possível constatar ainda que as características desse meio físico, associado à influência dos fatores antrópicos recentes (notadamente devido à retirada da cobertura vegetal e obras de interferência sobre solos, etc.), desencadeiam processos acelerados, erosivos e deposicionais, capazes de promover a destruição ou descaracterização de sítios arqueológicos.

A seqüência de unidades litoestratigráficas na área apresenta idades bastante variáveis, comportando desde unidades mais antigas pertencentes ao Pré-Cambriano (Arqueano/Paleoproterozóico, Mesoproterozóico e Neoproterozóico) até rochas e coberturas sedimentares inconsolidadas e sedimentos aluvionares holocênicos (Cenozóico - Terciário/Quaternário). Nesse aspecto, deve-se considerar que cerca de 85% da área é composta por rochas pré-cambrianas, onde se destacam os corpos metamorfizados e granitizados.

Dos tipos litológicos gerais encontrados, pode-se perceber uma ampla disponibilidade de rochas aptas à produção de artefatos polidos (lâminas de machado) de grão maior, a partir de rochas gnáissico-migmatíticas e graníticas. Eventualmente, é possível a ocorrência de rochas metabásicas de grão menor, capazes de oferecer fonte para artefatos como lâminas lascadas e polidas, mãos-de-pilão, etc. As fontes de acesso à matéria-prima podem ser localizadas,

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-42</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

preferencialmente, nos depósitos fluviais (calhas e margens), nos matacões expostos em depósitos de tálus, topos/encostas aflorantes, entre outros. Do ponto de vista de rochas aptas ao lascamento, destaca-se a presença de quartzo-quartzitos, metabásicas finas e eventualmente silexitos. Podem ocorrer em áreas aflorantes nos topos de serras quartzíticas, em barrancos erodidos com presença de *stone lines*, e, principalmente, na forma de seixos rolados ao longo de calhas fluviais. Outra característica refere-se à ocorrência de plaquetas de xistos esverdeados ou quartzitos e gnaisses peraluminosos, que podem apresentar características atrativas. Por sua vez, a presença de granitos aponta para ocorrência de argilas caulínicas como típicos produtos de alteração dessas rochas. As propriedades e coloração do caulim são amplamente utilizadas como componente decorativo em cerâmicas arqueológicas.

Tanto nos sedimentos da bacia de Taubaté quanto nos depósitos quaternários, os materiais líticos mais resistentes e silicosos podem ser encontrados apenas em terraços de cascalheiras aflorantes e depósitos de seixos retrabalhados em calhas atuais. Talvez exista a possibilidade da ocorrência de eventuais silexitos formados a partir dos depósitos terciários, por substituição e mineralização de fósseis e sedimentos carbonáticos.

Quanto aos aspectos técnicos e estruturais, a área em questão apresenta evidências de eventos geotectônicos que compõem o Cinturão Orogênico Atlântico ou Faixa Ribeira, que apresenta uma forte estruturação para nordeste, sendo caracterizada por um arranjo anastomosado de zonas de cisalhamento. Essas zonas definem uma estruturação regional marcante de orientação NE-SW e ENE-WSW, condicionando as formas alongadas das seqüências metamórficas e a disposição concordante dos corpos graníticos. Ao término do Mesozóico e início do Cenozóico, ocorreu o soergimento de toda a margem continental leste, seguido de rifteamento responsável pela implantação da Bacia de Taubaté. Tais eventos condicionaram a disposição geral e diversidade dos compartimentos geológico-geomorfológicos, paisagísticos e ecológicos ao longo do traçado do Gasoduto. Por sua vez, existem evidências de neotectonismo que podem ser observadas em depósitos aluvionares holocênicos.

As conseqüências desses aspectos sobre recursos arqueológicos irão refletir, por um lado, no grau de fraturamento e milonitização de matérias, como quartzitos, que podem não se prestar confecção de artefatos lascados. Por outro, áreas de cisalhamento tendem a produzir rochas duras ou frágeis em forma de plaquetas (potencializando seu uso para lâminas de machados,

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-43</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

ou plaquetas de usos diversos, por exemplo). Em termos de escalas mais amplas, esse condicionamento estrutural pode levar à formação de lajeados, pertinentes na formação de áreas encachoeiradas e abrigos rochosos. Outra implicação está na estrutura e dinâmica da paisagem, em termos de alinhamentos de vales e cristas, gradiente topográfico, movimentos gravitacionais, etc. (ver aspectos geomorfológicos). Tais alinhamentos podem condicionar preferências de deslocamento/mobilidade (trilhas indígenas, estradas históricas) e condicionantes de ocupação/assentamento (declividades favoráveis, distribuição das drenagens dos depósitos aluvionares, etc.). A neotectônica, por sua vez, pode interferir nas taxas de sedimentação e erosão de determinados compartimentos ambientais, onde possam conter sítios, por exemplo, na espessura dos depósitos de terraços fluviais com potencial arqueológico ao longo dos vales.

Quanto aos aspectos hidrogeológicos, as rochas cristalinas constituem aquíferos associados a sistemas de falhas e fraturas, dependendo da natureza, quantidade e interconectividade das fraturas. A principal implicação arqueológica neste item está na distribuição e disponibilidade de nascentes, notadamente quando se pensa em termos de possíveis mudanças nas condições climáticas durante períodos pré-históricos. Nos setores de relevo mais acidentados, sustentados por rochas cristalinas, a ocorrência de água subterrânea é baixa, considerando que aí predominam os processos de escoamento superficial, em detrimento dos de infiltração.

Quanto à surgência de aquíferos dos sedimentos da Bacia de Taubaté, apresentam, em geral, baixa capacidade, ao contrário dos sedimentos quaternários da planície costeira, onde o lençol freático é, muitas vezes, aflorante ou subaflorante.

Quanto à geomorfologia, a região insere-se na Província do Planalto Atlântico, sendo formada predominantemente por terras altas, constituídas por rochas cristalinas e por rochas sedimentares da Bacia Cenozóica de Taubaté. São reconhecidas as unidades geomorfológicas Planalto do Paraitinga e Médio Vale do Paraíba.

A primeira caracteriza-se por um planalto cristalino de estrutura complexa, cuja região drenada pela bacia do rio Paraíba do Sul encontra-se bastante dissecada. Os rios são jovens, com corredeiras e cachoeiras adaptadas, via de regra, às estruturas geológicas. Predominam os sistemas de relevo Mar de Morros, Colinas Pequenas com Espigões Locais e Morros Paralelos. A segunda unidade (Médio Vale do Paraíba) é composta por uma região de morros desenvolvidos sobre rochas cristalinas pré-cambrianas e uma região de colinas sustentadas

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-44</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

por rochas sedimentares. Os morros cristalinos dispõem-se ao redor da Bacia de Taubaté, em torno dos relevos de colinas. São constituídos principalmente por sistemas de relevos Morros Paralelos, Mar de Morros e Morrotos Alongados Paralelos. Na bacia, predominam Colinas Amplas, Colinas Tabulares e Colinas Pequenas com Espigões Locais.

A Província Costeira corresponde à área drenada diretamente para o mar, composta por região serrana e planícies pequenas de origens variadas e enseadas. Os sedimentos inconsolidados das baixadas e planícies costeiras foram gerados ao longo de ciclos transgressivos e regressivos da linha da costa durante o Quaternário. Na Província Costeira, ocorrem as unidades geomorfológicas Serrania Costeira e Baixada Litorânea. Quanto à primeira unidade, apresenta escarpas festonadas, por vezes, desfeitas em espigões lineares digitados. Em geral, as escarpas situam-se próximas à linha da costa, restringindo as áreas de planícies, enquanto os espigões, às vezes, avançam para as baixadas, formando promontórios.

Dos aspectos geomorfológicos, ressalta-se o contraste existente entre as diferentes unidades geomorfológicas na área atravessada pelo Gasoduto. Um primeiro destaque refere-se à variação existente entre os compartimentos paisagísticos associados à Bacia de Taubaté e os demais. O riftamento dessa área permitiu uma deposição sedimentar espessa a partir do início do Cenozóico, criando um importante “corredor” de áreas colinosas em meio ao Planalto Atlântico. Da mesma forma, a porção da Baixada Litorânea existente na planície de Caraguatatuba apresenta características próprias, com extensas planícies de relevos planos ou subplanos, e eventuais promontórios (colinas e morros) que se destacam na paisagem. Do ponto de vista de ocupação humana, essas duas áreas são extremamente favoráveis à implantação de assentamentos humanos, notadamente de grupos horticultores ceramistas e históricos. Suas características também permitem prever situações de preservação de registros arqueológicos devido à existência de planícies aluvionares mais extensas, e uma capacidade erosiva relativamente baixa.

Por sua vez, a presença de zonas de morros no entorno da Bacia de Taubaté e de serrarias adjacentes à Baixada Litorânea cria possíveis limites em termos de padrões de ocupação, considerando que tais áreas podem se traduzir como “barreiras compartimentais” naturais. No entanto, essas zonas de maior declividade e vales paralelizados são áreas potenciais em termos de mobilidade (acampamentos, áreas de caça-coleta, etc.) e deslocamento (vias, caminhos, estradas de ligação).

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-45</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Outra região importante do ponto de vista de ocupação refere-se aos compartimentos do Planalto de Paraitinga, que apresentam características intermediárias entre áreas colinosas e zonas onde predominam morros (morros cristalinos do entorno da Bacia Sedimentar de Taubaté). Essa faixa, disposta na porção mediana do Gasoduto, entre Caraguatatuba e São José dos Campos, tem sua maior expressividade entre o Km 16 e o 37, ocupando extensas áreas do município de Paraibuna. Por se tratar de zonas de compartimentos intermediários, as características/padrões de assentamento e subsistência devem adquirir feições possivelmente diferenciadas, mesmo considerando grupos ou populações com economias similares às desenvolvidas em outras áreas.

### 3.3 LEVANTAMENTO EXTENSIVO

Conforme explicitado no **item 5.3.1, Aspectos Metodológicos**, na seção de Diagnóstico Ambiental do Meio Antrópico, as avaliações realizadas a partir do levantamento extensivo permitiram um diagnóstico arqueológico mais detalhado da AID do empreendimento. Embora de caráter expedito, a pesquisa de campo propiciou uma análise adequada à escala das possíveis alterações do empreendimento sobre o meio físico, e o conseqüente prognóstico de impacto dos recursos arqueológicos potencialmente existentes nesse meio. As áreas vistoriadas foram determinadas partindo da existência de acessos rápidos à AID, sendo levantadas em concomitância com o registro de informações orais. A pesquisa se deu através da prospecção superficial (detecção visual por caminhamento) de indícios materiais culturais e, também, no reconhecimento de controles ou variáveis geoarqueológicas (**subseção 3.2** deste Anexo D). Dada a extensão da compartimentação paisagístico-ambiental e o contexto dos cenários de ocupação, o potencial arqueológico pode ser estimado através de registros no interior da AID e também em suas áreas adjacentes. Esse tipo de extrapolação é inerente a alguns tipos de contextos culturais, por exemplo, a existência de fazendas históricas no entorno da AID, ligadas por estradas que cruzam o eixo do duto, sugere a presença de caminhos históricos na faixa de domínio. Como tais caminhos representam as vias mais favoráveis à ocupação, há grande potencial para a ocorrência de vestígios de assentamentos históricos em seu perímetro.

Assim, o levantamento extensivo constou basicamente de dois tipos de abordagem: 1) Descrição de pontos de observação ao longo do traçado e em suas vizinhanças imediatas; 2)

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-46</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Prospecção superficial de solos expostos ou de feições/estruturas de interesse histórico-arqueológico.

Quanto aos pontos de observação (POs), estes foram tomados a partir de locais com coordenadas geográficas (uso de GPS), registrando-se os aspectos de interesse com fotos digitais orientadas. Em cada ponto, foram descritos os elementos existentes, capazes de auxiliar no diagnóstico de potencial arqueológico preditivo, tais como: 1) aspectos e distribuição da vegetação (matas nativas ou espécies exóticas) e do uso do solo (grau de antropização, acessos, infra-estruturas rurais, áreas aradas, açudes, etc.); 2) grau de exposição ou cobertura de solos-sedimentos; 3) ocorrência de construções-estruturas históricas visíveis na paisagem (capelas, fazendas, valas, estradas abandonadas, ruínas, etc.); 4) ocorrência de áreas topomorfológicas favoráveis a assentamentos humanos; 5) ocorrência de condicionantes ao deslocamento humano, como a presença de extensas cristas sinuosas ou vales orientados, estradas, barreiras naturais, etc.; 6) elemento e estruturação das drenagens (rios, córregos, nascentes, cachoeiras); 7) presença de afloramentos e abrigos rochosos, depósitos colúvio-aluvionares, alinhamentos de pedras (*stone lines*); etc; 8) processos erosivo-sedimentares-estáveis (ravinações, assoreamentos, solos enterrados, etc.)

Os principais aspectos observados neste tipo de análise apontam para a existência de condições favoráveis à existência de registros histórico-arqueológicos na AID do empreendimento. Por outro lado, também informam sobre as possíveis condicionantes de conservação e de detecção de sítios, principalmente quando confrontados com as características técnicas do empreendimento.

Conforme as informações ambientais registradas por fotos digitais (exemplo, **Fotos 31 a 38**), a faixa de influência direta do duto irá percorrer áreas bastante alteradas do ponto de vista de cobertura vegetal, sendo comum a existência de amplas pastagens associadas a capões ou matas ciliares estreitas. Os fragmentos de mata, quando não associados com declividades elevadas, têm potencial para a ocorrência de vestígios em bom estado de conservação, o mesmo acontecendo com matas de galerias associadas a planícies aluvionares. Por seu turno, a presença de espécies exóticas ou frutíferas sugere indicativos de antigas habitações históricas em suas proximidades. Situações comuns para a ocorrência de sítios, como a presença de colinas suaves ou pequenos promontórios, nas proximidades de rios e ao longo de vales amplos e planos, ocorreram de forma marcada, principalmente nas regiões de colinas e

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-47	ABRIL / 2006

morros. Essas áreas mais abertas, como o caso das colinas amplas (**Foto 31**) da Bacia Sedimentar de Taubaté, também apresentam planícies aluviais relativamente extensas, porém de baixa densidade, com rios ou córregos com certa navegabilidade, onde é provável, ainda, a preservação de terraços antigos mais elevados. Tais condicionantes sugerem zonas preferenciais para ocupações coloniais ou pré-coloniais concentradas a distâncias relativamente próximas dos cursos maiores, com alguma dispersão para áreas de nascentes. Quanto aos aspectos mobilidade/deslocamento, podem existir diferenças, com registros de acampamentos pré-coloniais seguindo os cursos fluviais (em função da maior escassez de água nos interflúvios amplos), e os coloniais dispostos no entorno de caminhos que seguem interflúvios ou encostas, atravessando obliquamente ou perpendicularmente aos cursos (acesso rápido a diferentes planícies, com poucos obstáculos naturais em termos construtivos).

Na mesma perspectiva de análise, as áreas de mares de morros (**Fotos 32 e 35**) facilitam a presença de registros de ocupação ao longo dos vales, mas também na média-baixa encosta, existindo possíveis diferenças quanto à preferência por áreas mais abertas (potencialmente, registros coloniais e pré-coloniais ceramistas) ou mais fechadas (situação potencial a atividades ligadas a economias tipo caçador-coletor). Quanto ao potencial preditivo relacionado a mobilidade/deslocamento, os acampamentos indígenas devem acompanhar promontórios nos fundos de vales e nascentes na média encosta e, para caminhos históricos, apresentam melhores condições construtivas, locais na baixa encosta ou acompanhando as curvas de nível na meia encosta. Para as áreas de morros paralelos, pode haver mudanças, com sítios de ocupação e/ou acampamentos concentrados nos vales paralelizados, e os caminhos históricos seguindo as cristas alongadas.

Verificou-se, também, em campo, que, tanto nos compartimentos de mar de morros quanto de morros paralelos, é comum a existência de valas demarcatórias históricas (**Fotos 37 e 38**) que cortam as curvas de nível. Esse tipo de registro cultural, encontrado principalmente na área dos municípios de Jambuí e Paraibuna, também pode ser identificado em fotos aéreas pela disposição linear de vegetação introduzida, como bambuzais. Para as áreas de serras e escarpas (**Foto 36**), existem pontos bem mais restritos para a ocupação (devido à elevada declividade), com maior potencial apenas nos cursos mais extensos, onde existam promontórios decorrentes de colúvios e depósitos de tálus. Nesses compartimentos, é comum

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-48</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

a formação de grutas/abrigos junto a paredes de matacões ou blocos rochosos sobrepostos. As serras alongadas também são propícias à formação de “corredores” naturais de deslocamento, o que aumentaria o potencial de vales estreitos e longos, embora tais condicionantes estruturais também sejam responsáveis por processos erosivos e gravitacionais (deslizamentos) mais intensos. Outros locais de interesse referem-se às zonas de contato entre áreas elevadas e a planície costeira (Foto 34), com promontórios e encostas favoráveis a captação de recursos diversificados. O setor da planície de Caraguatatuba apresenta boa rede de rios, sendo que, naqueles próximos aos sopés da serra, encontram-se trechos encachoeirados com ampla disponibilidade de matéria-prima lítica (seixos rolados). Por sua vez, esses mesmos rios, a jusante, adquirem aspectos mais meandranes e profundos, muitos dos quais, navegáveis.

Quanto à **abordagem de prospecção**, foram avaliados oportunisticamente os seguintes locais no interior na AID (**Fotos 39 e 40**): 1) trechos nas proximidades do término do duto projetado, junto à Estrada Municipal de Barreiro, no município de Taubaté; 2) zonas de solos expostos e acessos próximos aos dutos preexistentes da PETROBRAS, nos municípios de Taubaté e Caçapava; 3) área com cobertura de eucaliptos e ocorrência de barrancos nas proximidades de Caçapava Velha, município de Caçapava; 4) trechos de solos expostos nas proximidades das zonas de remanso da Represa de Santa Branca e no vale do rio Capivari; município de Jambuí; 5) estrada junto ao vale do rio Fartura e seus afluentes; 6) área junto ao ribeirão do Cedro, nas proximidades do bairro do Cedro, no município de Paraibuna; 7) margens do ribeirão Pau d’Alho e rio Camburu, na sede da Fazenda Serramar, município de Caraguatatuba; 8) diversos trechos na área da futura UTGCA, município de Caraguatatuba.

Dos trechos prospectados, dois locais apresentaram vestígios de interesse arqueológico, sendo a seguir descritos.

O primeiro, nas proximidades dos dutos preexistentes da PETROBRAS, encontra-se no Km 95,250 do futuro duto Caraguatatuba–Taubaté, a 30 metros do seu eixo (**Foto 41**), tendo como coordenadas UTM 23 K 439778 7445122. Nesta, foram detectados, nas áreas de solos expostos, **fragmentos de telhas tipo capa-canal, tijolos maciços, algumas porcelanas e vidros**. Apesar de as ocorrências não apresentarem elementos de grande significância arqueológica, sua presença indica haver vestígios mais importantes em suas proximidades, possivelmente, associados à antiga área da Fazenda Fartura.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-49	ABRIL / 2006

O segundo local está no Km 20,655 do duto projetado (conforme Projeto Básico), a cerca de 40 metros do seu eixo (**Foto 42**), em pequeno terraço associado ao ribeirão do Cedro, sob as coordenadas UTM - 23 K 437486 7395338. Refere-se à detecção de um **fragmento de vasilha cerâmica (Foto 43) que apresenta técnicas indígenas de fabricação** (uso de roletes, queima de baixa temperatura e decoração corrugado/digitado). Estava em local onde também foi comum a presença de louças de aspecto recente ou com algum interesse histórico. A ocorrência, apesar de isolada, é potencializada pelas informações de moradores locais, sobre o achado de outros fragmentos cerâmicos e de uma lâmina de machado (ver item sobre informações orais). Assim, é possível que existam outras ocorrências nas áreas de terraços adjacentes não-prospectados.

Cabe citar, ainda nesta fase prospectiva, a detecção de **valas históricas e de restos de paredes de taipa**, fora da faixa da AID (**Fotos 44 e 45**), mas cujas características lineares podem atingir essa Área de Influência em diversos pontos.

### 3.4 O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DA AID

Para a AID do empreendimento, o potencial arqueológico pode ser estimado em uma primeira avaliação, em termos da contextualização das informações de âmbito regional, para o qual existe a correspondência com o diagnóstico da AII. Esses registros, no entanto, são ainda bastante pontuais do ponto de vista arqueológico, verificando-se, claramente, grandes “vazios” em termos de informação e conhecimento sobre o passado pré-histórico e histórico regional.

Esse potencial, porém, pôde ser mais bem caracterizado a partir dos levantamentos realizados no reconhecimento arqueológico de campo (levantamento extensivo), seja através das entrevista orais, seja dos pontos de observação de variáveis geoarqueológicas relevantes, seja, ainda, na identificação de duas áreas com ocorrência de vestígios de interesse histórico-arqueológico.

As informações orais, por sua vez, puderam acrescentar dados importantes ao contexto regional e, notadamente, às áreas mais diretamente ligadas ao perímetro do empreendimento. Destacam-se, nesse sentido, os relatos sobre as fazendas históricas de grandes extensões de terras, como os da Fazenda Barreiro, em Taubaté, que englobaria uma boa extensão da AID do empreendimento naquele município. Outras fazendas não tão extensas, porém, estariam interligadas economicamente por vias que cortam o eixo do duto, como no caso da região do

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-50	ABRIL / 2006

ribeirão Fartura, no município de Paraibuna. Tais fazendas são representantes de diferentes ciclos econômicos, para os quais existe potencial de detecção de sítios ligados ao período escravagista, ao troperismo, à imigração, à economia cafeeira, etc. Do período colonial, têm-se relatos da existência de cemitérios de escravos; de quilombos nos recônditos mais afastados das serras; de inúmeros caminhos históricos que cortariam a AID, ou ainda da existência de bairros ligados ao ciclo do troperismo. Quanto aos registros indígenas, as informações são escassas para a AID, mas importantes se consideradas em termos de potencial geral, ainda mais quando se considera a extrema mobilidade desses grupos. Vários indicativos referem-se à ocorrência de lâminas de machado (pedra de corisco, pedra-de-raio, pedra de índio, etc.) e fragmentos cerâmicos. Contudo, os relatos de maior significância apontam para a ocorrência de possíveis urnas funerárias na bacia do ribeirão Claro; de um sítio sob abrigo denominado “toca do bugre”, de um quilombo nas proximidades do ribeirão Lajeado, e da possível ocorrência de estruturas do tipo “casa subterrânea” no município de Paraibuna.

Com relação aos estudos de enfoque geoarqueológico, a área é composta por um grande número de características ambientais favoráveis à implantação humana, bem como a aspectos ligados à captação de recursos e mobilidade territorial. Dos elementos e sistemas descritos através da análise de variáveis ambientais e de pontos de observação, ressalta-se a existência de amplos e variados componentes geocológicos, com o suporte ambiental necessário para o abastecimento de populações humanas dependentes dos recursos locais, ou ligadas a ciclos históricos que evoluíram toda a região. A diversidade de compartimentos paisagísticos, bem como a abundância de recursos minerais (argilas e matérias-primas líticas, por exemplo), florísticos e faunísticos, também permite identificar elevado potencial da área de estudo para a ocorrência de sítios arqueológicos, relacionados a ocupações por grupos de caçadores-coletores, pescadores-coletores, agricultores ceramistas, populações históricas, etc., representantes de sistemas socioeconômicos bastante diversificados.

Os estudos sobre cartas temáticas possibilitaram identificar setores de maior potencial arqueológico. Quanto aos principais controles geoarqueológicos de preservação de sítios, destacam-se as áreas de cobertura sedimentar continental, tais como leques colúvio-aluvionares, planícies e terraços flúvias, etc., e litorâneos, possibilitando prever a ocorrência de sítios arqueológicos preservados sob matriz sedimentar subsuperficial. Para o caso da

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA- TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-51</b>	<b>ABRIL / 2006</b>

Planície Costeira, destaca-se ainda a elevada taxa de sedimentação desses locais, com possibilidade de ocorrência de registros culturais em profundidades não detectáveis por sondagens convencionais.

Os limites interioranos da Planície Costeira, limitados pelos contrafortes da serra do Mar, apresentam obstáculos consideráveis à movimentação humana pela presença de vales extensos e orientados. No entanto, em sua conformação topomorfológica, existem vales e bacias hidrográficas que podem ter formado, no passado, corredores de ligação entre o litoral e áreas interioranas. A conformação dessas áreas condiciona também os caminhos históricos de ligação entre vilas, fazendas, engenhos, etc.

Quanto às **pesquisas de reconhecimento arqueológico** na área de implantação do duto projetado, os levantamentos de campo revelaram a presença de duas áreas de ocorrências arqueológicas, com vestígios resultantes de atividades ou ocupações humanas pretéritas. Das ocorrências verificadas, uma apresenta potencial para a descoberta de sítio arqueológico mais significativo, possivelmente indígena.

Cabe citar que, dadas as características preliminares e amostrais dos trabalhos prospectivos, existe ainda grande probabilidade de existirem outras ocorrências nas Áreas de Influência do Gasoduto. Os vestígios arqueológicos brasileiros, por estarem geralmente encerrados em camadas no solo, são de difícil prospecção e visualização. Apenas a observação parcial do solo exposto nas áreas erodidas ou revolvidas, com poucas sondagens subsuperficiais, não é capaz de captar todos os elementos existentes. Os trabalhos realizados, no entanto, foram considerados suficientes para o objetivo deste estudo, que consiste em avaliar o potencial arqueológico e prognosticar os possíveis riscos e bens culturais na área em questão.

Os levantamentos aqui explicitados apontam, portanto, para o impacto negativo da implantação do empreendimento sobre o patrimônio arqueológico, sendo necessário à definição de medidas preventivas, mitigatórias e/ou compensatórias cabíveis. Entretanto, com a execução de algumas dessas medidas, implementadas através de Programas de Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico e, notadamente, de um Programa de Divulgação e Educação Patrimonial, prevêem-se, ainda, desmembramentos positivos que poderão potencializar futuras medidas conservacionistas para os patrimônios histórico-arqueológicos local e regional.

<b>ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA</b>	<b>PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL</b>	<b>GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ</b>
	<b>ANEXO D-52</b>	<b>ABRIL / 2006</b>



**Foto 1** – Estrutura indígena de cocção de cerâmica, evidenciada durante os trabalhos de escavação do Sítio Caçapava 1, localizado durante o levantamento arqueológico da Rodovia Carvalho Pinto (CALDARELLI, 2002).

**Foto 2** – Malgas com decoração bandada fabricadas pela manufatura holandesa Societé Ceramique Maestricht coletadas nos sítios arqueológicos da Rodovia Carvalho Pinto (CALDARELLI, 2002).



**Foto 3** – Lâmina de machado, polida, de granito, coletada durante o levantamento arqueológico da Rodovia Carvalho Pinto na interligação desta com a Rodovia Dom Pedro (CALDARELLI, 2002).

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-53	ABRIL/ 2006



**Foto 4** – Sede de fazenda  
cafeeira  
([www.cmparaibuna.sp.gov.br](http://www.cmparaibuna.sp.gov.br))

**Município:** Paraibuna

**Foto 5** – Mercado  
municipal  
([www.cmparaibuna.sp.gov.br](http://www.cmparaibuna.sp.gov.br))

**Município:** Paraibuna



**Foto 6** – Sede da Fundação  
Cultural Benedito Siqueira  
e Silva

**Município:** Paraibuna



**Foto 7** - Igreja de São Benedito (KAMIDE, 1998)

**Município:** São José dos Campos

**Foto 8** – Sanatório Vicentina Aranha  
([www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br))

**Município:** São José dos Campos



**Foto 9** – Antigo Teatro São José, atual Biblioteca  
([www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br))

**Município:** São José dos Campos



**Foto 10** – Igreja Matriz de Santana  
([www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br))

**Município:** São José dos Campos

**Foto 11** – Estação ferroviária de Eugênio de Melo (GIESBRECHT, 2005)

**Município:** São José dos Campos



**Foto 12** – Estação ferroviária central  
([www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br))

**Município:** São José dos Campos



**Foto 13** – Convento de Santa Clara

**Município:** Taubaté

**Foto 14** – Capela de Nossa Senhora do Pilar

**Município:** Taubaté



**Foto 15** – Casa Oliveira Costa, sede do Solar das Artes

**Município:** Taubaté



**Foto 16** – Sr. Paulo Jair, morador do distrito de Caçapava Velha.

**Município:** Caçapava

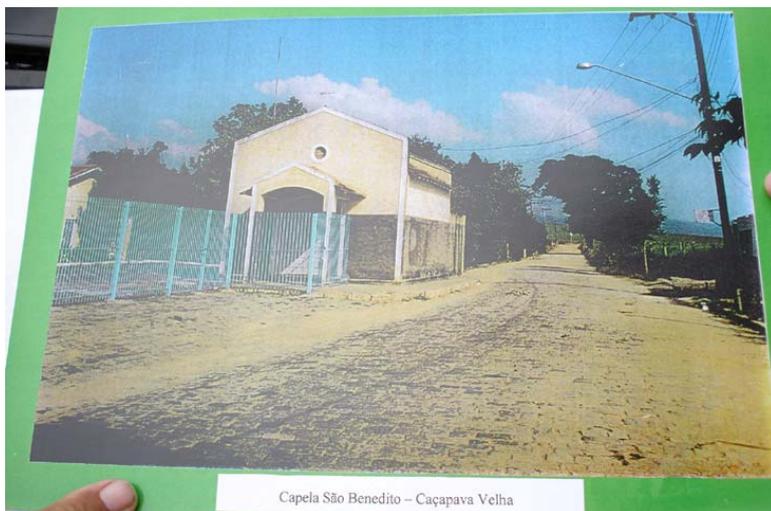
**Foto 17** – Fotografia arquivada pelo Sr. Paulo Jair, da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Caçapava Velha.

**Município:** Caçapava



**Foto 18** – Fotografia arquivada pelo Sr. Paulo Jair, da Capela de São Benedito.

**Município:** Caçapava





**Foto 19** – Sr. Nelson Keber, atual proprietário da Fazenda Barreiro.

**Município:** Taubaté

**Foto 20** – Pátio interno da Fazenda Barreiro, onde se observa o antigo muro em alvenaria de pedra.

**Município:** Taubaté



**Foto 21** – Antiga pintura retratando a área da sede da fazenda Barreiro

**Município:** Taubaté

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-59	ABRIL/ 2006



**Foto 22** – Igreja de 1896, construída pela família dos Matos, provavelmente destinada aos imigrantes.

**Município:** Taubaté

**Foto 23** – Entrevista com o Sr. João Vicente da Silva (Pernambuco).

**Município:** Caraguatatuba



**Foto 24** – Aspecto das casas ainda preservadas da antiga Fazenda dos Ingleses.

**Município:** Caraguatatuba



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-60	ABRIL/ 2006



**Foto 25** – Fotografia pertencente ao Sr Manoel Pimenta, mostrando uma das antigas embarcações (rebocador) da Fomento Mercantil.

**Município:** Caraguatatuba

**Foto 26** – Área do antigo Porto dos Ingleses, situado no atual bairro de Porto Novo.

**Município:** Caraguatatuba



**Foto 27** – Entrevista com o Senhor Célio, mostrando, em um mapa, algumas áreas de interesse.

**Município:** Paraibuna



**Foto 28** – Antiga sede da Fazenda do Porto (Bairro da Fartura), em estado de deterioração.

**Município:** Paraibuna

**Foto 29** – Entrevista com o senhor Eduardo Pinto Neves e Sr. Nelson, em sua residência na Fazenda Boa Esperança.

**Município:** Paraibuna



**Foto 30** – O Sr. Nelson, mostrando algumas peças históricas recolhidas na fazenda e na região, destinadas a exposição para visitantes.

**Município:** Paraibuna



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-62	ABRIL/ 2006



**Foto 31** – Ponto de observação nas proximidades do duto projetado com a Rodovia Carvalho Pinto. Aspectos da paisagem natural e antrópica em áreas de vale e colinas amplas associadas à Bacia Sedimentar de Taubaté.  
**Município:** Caçapava

**Foto 32** – Ponto de observação próximo à área do duto projetado com a rodovia SP 099. Aspectos da paisagem natural e antrópica em áreas limítrofes aos morros cristalinos do Médio Vale do Paraíba e o Planalto de Paraitinga.

**Município:** Jambeiro



**Foto 33** – Ponto de observação sobre áreas de passagem do duto projetado e paisagens associadas à bacia hidrográfica do ribeirão Fartura.

**Município:** Paraibuna



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-63	ABRIL/ 2006



**Foto 34** – Ponto de observação nas áreas da planícies baixas da bacia hidrográfica do rio Juqueriquerê. Presença de extensa cobertura sedimentar ladeada pela Serraria Costeira.

**Município:** Caraguatatuba

**Foto 35** – Ponto de observação nas proximidades da represa de Santa Branca. Presença de Vales Restritos com drenagens atualmente colmatadas.

**Município:** Jambeiro



**Foto 36** – Ponto de observação no limite dos municípios de Paraibuna e Caraguatatuba. Presença de serras elevadas e alongadas da Serraria Costeira.

**Município:** Caraguatatuba





**Foto 37** – Ponto de observação com indícios da presença de valas históricas demarcatórias. Uma vala construída estende-se por mais de 200 metros nas proximidades da represa Santa Branca.

**Município:** Jambeiro

**Foto 38** – Ponto de observação no Município de Paraibuna. Presença de valas históricas de demarcação de propriedades, cortando curvas de nível.

**Município:** Paraibuna



**Foto 39** – Atividades de prospecção superficial, em local de solos expostos junto ao trecho de dutos pré-existentes.

**Município:** Taubaté



**Foto 40** – Atividades de prospecção em um barranco de terraço fluvial exposto.

**Município:** Caraguatatuba

**Foto 41**– Primeiro local de vestígios histórico-arqueológicos, situados junto à faixa de domínio dos dutos da PETROBRAS.

**Município:** Taubaté



**Foto 42** – Local de ocorrência de fragmentos cerâmicos e de louças. O local situa-se a 150 metros do eixo do duto, em pequeno terraço fluvial do ribeirão do Cedro.

**Município:** Paraibuna

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-66	ABRIL/ 2006

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J.C. de **Capítulos de História Colonial**. Rio de Janeiro: Briguet, 1954.
- ABREU, M.M. de **Taubaté**. Aparecida: Santuário, 1985.
- AGOSTINI, C. **Cachimbos de escravos e a reconstrução das identidades africanas no Rio de Janeiro, século XIX**. 1997. Monografia (Bacharelado) - Faculdade de Arqueologia, UNESA, Rio de Janeiro, 1997.
- ALMEIDA, A. O aldeamento dos índios Purus. **R. Arq. Mun.**, São Paulo, v.1, n. 11, p. 57-61, 1935.
- ALMEIDA, F.F.M. de **Vale do Paraíba**. Relatório Anual do Diretor. Rio de Janeiro: DNPM/DGM, 1958.
- ANDRADE, A.L. Técnicas construtivas e sistemas estruturais no Vale do Paraíba. **Arquitetura**, v.19, 1978.
- ANDRADE, M. Calçada do Lorena: o primeiro caminho para o mar. **Memória** (da Eletropaulo), v.3, n.7, p 17-26, 1990.
- ANDREATTA, M. D. Serra do Itapety. **América**, R. FAU-UBC, p. 20-25, ago. 1993.
- ANDREATTA, M.D.; CHERMANN, D. Evidências arqueológicas da região da Serra de Itapety, Mogi das Cruzes, São Paulo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 9., 1997, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: SAB, 1997b. R 146.
- \_\_\_\_\_. Sítio arqueológico histórico Capela de Santo Alberto: escavação, reconstrução, restauro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 9., 1997, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: SAB, 1997a. R 145.
- AZEVEDO, A. de. Aldeias e aldeamentos de índios. **Bol. Paul. Geogr.**, v. 33, p. 23-40, out. 1959.
- AVÉ-LALLEMENT, R. **Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.
- BALAZINA, A. Com arte rupestre, serra do Mar quer turista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 jan. 2005, Caderno Quotidiano, p. 7.
- BLUM, M.D.; ABBOTT, J.T.; VALASTRO, S. Evolutions of landscapes on the Double Mountain Fork of the Brazoa River, West Texas: implications for preservation and visibility of the archaeological record. **Geoarchaeology**, v. 4, p. 339-370, 1992.
- BORNAL, W.G. **Sítio Histórico São Francisco – 01**: contribuição à arqueologia histórica. 1995. Dissertação (Mestrado) - FFLCH-USP, São Paulo, 1995.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-67	ABRIL / 2006

- BORNAL, W.G. **Sítio Light**: reconhecimento arqueológico. Relatório Final. Jacareí, 2000.
- BRANCANTE, E.F. **O Brasil e a cerâmica antiga**. São Paulo: Cia. Lithographica Ypiranga, 1981.
- BRUNO, E.S. **História do Brasil, geral e regional**. v. 5. São Paulo: Cultrix, 1967.
- BUTZER, K.W. Geo-archaeology in practice. **Rev. Anthropol.**, v. 4, p.125-131, 1977.
- CALDARELLI, S.B. (Org.). **Avaliação arqueológica de terreno destinado a condomínio residencial, Praia de Pacuíba, Ilha Bela, SP**. São Paulo: SCIENTIA, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de salvamento do patrimônio arqueológico da faixa de domínio da Rodovia Carvalho Pinto, Vale do Paraíba, São Paulo**. Relatório Final. Santos: DERSA/IPARQ/SCIENTIA, 2002. 2 v.
- CALDARELLI, S.B. et al. **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista: SP-070 – Rodovia Carvalho Pinto**. São Paulo: DERSA, 2003.
- CALI, P. O patrimônio arqueológico de Ilhabela: pesquisas e reflexões. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 12., 2003, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: SAB, 2003b. p. 78.
- \_\_\_\_\_. Projeto Arqueológico de Ilha Bela. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 11., 2001, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: SAB, 2001. p. 138.
- \_\_\_\_\_. **Sítio Arqueológico Engenho Pacuíba I – Ilhabela – SP**. Ilhabela: Asseart, 2003a.
- CAMARGO, C.; CAMARGO, V. Arqueologia do Vale do Paraíba: escavações arqueológicas em Aparecida. **Cad. Cult. Vale do Paraíba**, Caçapava, v. 5, 1990.
- CARDIM, F. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1954.
- CASAL, A. de. **Corografia brasílica**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- CITY BRASIL. **Homepage**. Disponível em: [www.citybrazil.com.br](http://www.citybrazil.com.br)
- COMPHAC. **Patrimônio arquitetônico e paisagístico preservado**. Disponível em: <http://fcr.org.br/institucional/html/comphac/arquitetonico.htm>
- DIAS JR., O.F. Cerâmica neo-brasileira. **Arqueo-IAB**, Textos Avulsos, Rio de Janeiro, v.1, p. 3-13, 1988.
- ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA. Prefeitura Municipal. **Homepage**. Disponível em: <http://www.caraguatatuba.sp.gov.br>
- FIGUTI, L. Economia/Alimentação na Pré-História do Litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, M.C. (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 197-203.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-68	ABRIL / 2006

GIESBRECHT, R.M. **Estações ferroviárias do Estado de São Paulo**. 2005. Disponível em: [www.estacoesferroviarias.com.br](http://www.estacoesferroviarias.com.br),

GLADFELTER, B.G. Geoarchaeology: the geomorphologist and archaeology. **Am. Antiq.**, v. 42, n. 4, p. 519-538, 1977.

GONZÁLEZ, E.M.R.; ZANETTINI, P.E. **Jacareí às vésperas do descobrimento: a pesquisa arqueológica no Sítio Santa Marina**. Jacareí: Mônaco Siani/Prefeitura Municipal/Fundação Cultural de Jacareí, 1999.

HOLANDA, S.B. de. Caminhos do sertão. **R. Hist.**, USP, v. 15, n. 7, p. 69-111, 1964.

\_\_\_\_\_. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. XXX. Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v.. XVIII e XXIX. Rio de Janeiro, 1957.

JAMBEIRO. Prefeitura Municipal. **Homepage**. Disponível em: [www.jambeiro.sp.gov.br](http://www.jambeiro.sp.gov.br)

KAMIDE, E.H.M. **Patrimônio cultural paulista: CONDEPHAAT, bens tombados 1968-1998**. São Paulo: IOE, 1998.

KASHIMOTO E.M. O uso de variáveis ambientais na detecção e resgate de bens pré-históricos em áreas arqueologicamente pouco conhecidas. In: CALDARELLI, S. B. (Org.). **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, 1996**. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 91-94.

KIPNIS, R. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. In: CALDARELLI, S. B. (Org.). **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, 1996**. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1997. p. 34-40.

KNIVET, A. Notável viagem que, no ano de 1851 e seguintes fez Antonio Knivet da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomas Cavendish. **R. Inst. Hist. Geógr. Bras.**, v. 41, 1878.

LERY, J. de. **Viagem à Terra do Brasil**. São Paulo: Martins, 1972.

LIGHTFOOT, K.G. Regional surveys in the Eastern United States: the strengths and weaknesses of implementing subsurface testing programs. **Am. Antiq.**, v. 51, n. 3, p. 484-504, 1986.

LIMA, T.A. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. **An. Mus. Paul. Hist. Cult. Mat.**, . São Paulo: USP, Nova Série, n. 1, 1993.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-69	ABRIL / 2006

LOWIE, R.H. The Indians of eastern Brazil. In: STEWARD, J.H. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. v. 1. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1946.

LUNÉ, A.J.B. de (Org.). **Almanak da Província de São Paulo para 1873**. Reprodução fac-similar. São Paulo: IOE,/Arquivo do Estado, 1985.

MADRE DE DEUS, Frei G. da. **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MAGALHÃES, B. de. **Expansão territorial do Brasil colonial**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

MAIA, T. **O vale paulista do rio Paraíba: guia cultural**. Aparecida: Santuário, 2000.

MAIA, T.; HOLLANDA, S.B. de. **Vale do Paraíba, velhas fazendas**. São Paulo: Ed. Nacional/EDUSP, 1975.

MAIA., T.; MAIA, T.R. de C. **O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro, MEC-SEC, 1981.

MALERBI, E. São Sebastião. In: CONDEPHAAT. **Cidades históricas**. v. 5. São Paulo, 1980.

MAWE, J. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1978.

MÉTRAUX, A. The Puri-Coroado linguistic family. In: STEWARD, J.H. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. v. 1. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1946. p. 523-530.

MONTEIRO, J.M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MORALES, W.F. **A escravidão esquecida: a administração indígena na Vila de Jundiá durante o século XVIII**. 2000. Dissertação (Mestrado) – USP/ FFLCH, São Paulo, 2000.

MÜLLER, N.L. Apontamentos sobre o “habitat” rural no vale do Paraíba (Estado de S. Paulo). **An. Assoc. Geógr. Bras.**, São Paulo, v.10, n. 1, p. 183-220, 1958.

\_\_\_\_\_. **O fato urbano na bacia do rio Paraíba, Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

NEVES W. A. O meio ambiente e a definição de padrões de estabelecimento e subsistência de grupos caçadores-coletores: o caso da bacia do alto Guareí, SP. **Rev. Pré-História**, São Paulo, USP, v. 6, p. 175-180, 1984.

NIMUENDAJU, C. **Mapa etnohistórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NOSSO SÃO PAULO. **Homepage**. Disponível em: <http://www.nossosaopaulo.com.br>

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-70	ABRIL / 2006

ORTIZ, J.B. **São Francisco das Chagas de Taubaté**. Taubaté: Prefeitura Municipal, 1988. 2 v.

PARAIBUNA. Prefeitura Municipal. **Homepage**. Disponível em: [www.paraibuna.sp.gov.br](http://www.paraibuna.sp.gov.br)

PASIN, J.L. **Os fundamentos históricos da industrialização do Vale do Paraíba**. Disponível em: <http://www.valedoparaiba.com/terragente/estudos/est0022001.html>

\_\_\_\_\_. **Algumas notas para a história do Vale do Paraíba**. Aparecida: Santuário, 1995.

PETRONE, P. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: EDUSP, 1995.

PINTO, A.A. **História da viação pública em São Paulo**. São Paulo: Vanordem, 1903.

PRADO, L.R. de T. **Fazenda dos Ingleses**. Caraguatatuba: Arquivo Público do Município, s/d.

REDMAN, C. L. Multistage fieldwork and analytical techniques. **Am. Antiq.**, v.. 38, n. 1, p. 61-79, 1973.

REIS, P.P. dos. Caminhos de penetração na Capitania de São Paulo. **An. Mus. Paul.**, v. 31, 1982.

\_\_\_\_\_. **O indígena do Vale do Paraíba**. São Paulo: Governo do Estado, 1979. (Coleção Paulística, 16.).

SAMPAIO, T. São Paulo no século XIX. **R. Inst. Hist. Geogr. S. Paulo**, v. 6, p. 159-205, 1902.

SANTOS, M. do C.M.M. dos. **A problemática do levantamento arqueológico na Avaliação de Impacto Ambiental**. 2000. Dissertação (Mestrado) - FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal. **Homepage**. Disponível em: [www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br)

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. **São Paulo: Litoral Norte**. São Paulo, 2005.

SCARANO, J. **Capitanias de Mar e Serra**. São Paulo: RHODIA, 1976.

SCATAMACCHIA, M.C.M.; UCHOA, D.P. O contato euro-indígena visto através de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo. **R. Arqueol. Bras.**, v. 7, p. 153-174, 1993.

SCHADEN, E. Os primitivos habitantes do território paulista. **R. Hist.**, São Paulo, v. 8, n. 18, p. 385-403, abr./jun. 1954.

SCHIFFER, M.B.; SULLIVAN, A.P.; KLINGER, T.C. The design of archaeological surveys. **World Archaeol.**, v.10, n.1, p. 1-28, 1978.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-71	ABRIL / 2006

STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista – SP-070 Rodovia Carvalho Pinto**. São Paulo: DERSA, 2003.

\_\_\_\_\_. **Avaliação arqueológica da área do Aterro Sanitário de Caçapava, São Paulo**. Relatório Técnico. São Paulo, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico arqueológico: duplicação da Rodovia Doutor Manoel Hypólito Rego (SP-055) – Caraguatatuba**. São Paulo, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Resgate do Sítio Arqueológico Topo do Guararema, Município de Guararema, SP**. Relatório Final. São Paulo, 2004.

SILVA, R. de A. São Paulo nos tempos coloniais. **R. Hist.**, São Paulo, v. 6, n. 21/22, 1955.

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal. **Boletim Histórico-Cultural, nº 19**. Taubaté: Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico, 1997.

\_\_\_\_\_. **Boletim Histórico-Cultural, nº 24**. Taubaté: Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico, 1998.

TENÓRIO, M.C. (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.

TOMIYAMA, F.H.T. **Sítio Taboão: arqueologia histórica do Vale do Parateí – Mogi das Cruzes, SP**. 2002. Dissertação (Mestrado) - USP/FFLCH/MAE, São Paulo, 2002.

UCHÔA, D. P. Sinopse do Arcaico do Litoral de São Paulo. **Anuário de Divulgação Científica, Temas de Arqueologia Brasileira**, Goiânia, IGPA/UCG, v. 3, p. 15-32, 1978/79/80.

VALEMAR-GUIA. São José dos Campos: Jac Ed, 2004.

WATERS, M. R. **Principles of geoarchaeology: a North American perspective**. Tucson: University of Arizona Press, 1992. 398 p.

WESOLOSKY, V. Práticas funerárias pré-históricas do litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, M.C. (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 189-195.

ZALUAR, A.E. **Peregrinação pela Província de São Paulo**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E CULTURAL	GASODUTO CARAGUATATUBA-TAUBATÉ
	ANEXO D-72	ABRIL / 2006